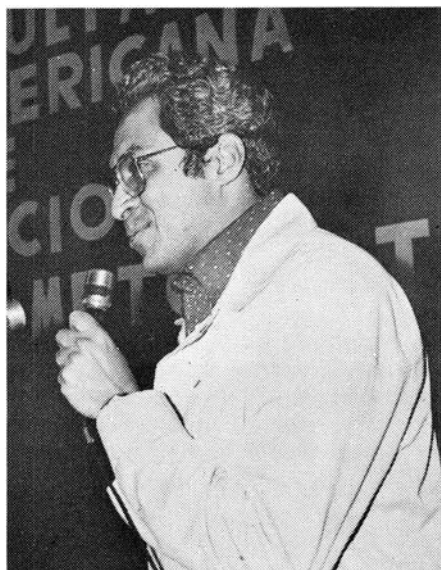


tempoe presença

Publicação mensal do CEDI
Número 177
Setembro/Outubro de 1982



METODISTAS: CONSTRUINDO UM CAMINHO



Neste número estamos procurando maior intercâmbio com o leitor. Queremos maior participação não só através da secção de "cartas", mas também por intermédio de uma troca de opiniões, mesmo que polêmicas, sobre os problemas mais candentes de nossos dias.

A entrevista com o Bispo Paulo Ayres da Igreja Metodista foi deliberadamente aberta, provocadora. Embora não seja muito difícil provocá-lo, fizemos questão de tocar em assuntos controversos, relacionados com a vida da Igreja. Em certo sentido a entrevista coloca, no devido lugar, algumas posições apressadas e superficiais que surgem a respeito do próprio metodismo. Paulo foi direto ao âmago das questões e abriu possibilidades para uma ampla discussão e uma interpretação mais realista da vida de sua Igreja.

Milton Quintino aborda os problemas de sua denominação em artigo ágil e adequado para uma apresentação rápida àqueles que não têm informações maiores. O estudo bíblico de Scylla Franco mostra a preocupação com os compromissos e com a missão da Igreja face ao quadro social que se apresenta hoje. Ambos são metodistas também.

Na tentativa de ampliar tanto as informações como os debates, dois artigos sobre a Nicarágua encarnam a problemática enfrentada por uma população que encara dificuldades e ameaças muito concretas para a

continuidade de sua Revolução. Isto num momento em que setores do governo americano reconhecem publicamente sua ligação com os movimentos contra-revolucionários ainda implantados no país.

O trabalho do Pe. Uriel Molina Uliú é um apelo veemente no sentido de alertar os setores mais interessados no desenvolvimento da proposta popular, em concretização, quanto aos perigos das interferências externas, principalmente dos Estados Unidos. O artigo de Tomaz Bornstein trata de analisar a conjuntura nicaragüense, de maneira crua e objetiva. Isto serve para fundamentar melhor as opiniões e posições perante o que se passa no ambiente conturbado da América Central.

Com isto pretendemos garantir o espaço do compromisso com os movimentos sociais e a Igreja, e trazer um panorama dos acontecimentos que, de certa maneira, nos falam de perto. O papel da Igreja no desenvolvimento dos movimentos sociais está longe de trazer posições tranquilas e definidas. Por esta razão tentamos buscar artigos de posição mais definida e comprometida. O espaço, no entanto, fica aberto à fertilizadora divergência. Neste caso não serão matérias com as quais teremos que concordar inteiramente, mas que possamos aceitar em linhas gerais e na medida do compromisso com a Igreja e os Movimentos Populares.

Nossa Capa
John Wesley, por George Romney
e Bispo Paulo Ayres Mattos.

publicação mensal do CEDI
número 177
setembro/outubro de 1982

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Paulo Ayres Mattos
Leticia Cotrim
Heloisa Martins
Aluisio Mercadante
Zwinglio Mota Dias
Neide Esterci
Jether Ramalho
Carlos Rodrigues Brandão
Elter Dias Maciel

Fotolitos e Impressão
Clip - Rua do Senado, 200
Tel. 252-4610

Composição
Robertom
Rua Senador Dantas, 76, gr. 207
Tel. 220-3029

Assinatura anual: Cr\$ 2.000,00
Remessa em cheques pagáveis no
Rio para Tempo e Presença
Editora Ltda.
Caixa Postal 16082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205-5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 667273
01238 São Paulo, SP

Editor Geral
Elter Dias Maciel

Redatores
Carlos Cunha
Rubem T. de Almeida
Luis Roncari
Edin Abumanssur

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Produtor Gráfico
Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição
Valéria Carrera Roura

Entrevista com PAULO AYRES

Paulo Ayres, 42 anos, é bispo pela segunda vez na 1ª Região Eclesiástica e é Presidente do Centro Ecumênico de Documentação e Informação-CEDI.

Presença

Qual é a marca que distingue o Metodismo no Brasil hoje dos outros Protestantismos históricos?

Paulo Ayres

Eu diria *grosso modo*, o protestantismo brasileiro não é muito diferenciado. O protestantismo brasileiro que você encontra nas Igrejas Batistas, Presbiterianas, Metodistas, Congregacionais; nas Igrejas chamadas históricas, não varia muito em suas características. Exatamente porque eu creio que o protestantismo brasileiro, seja Metodista, Batista, Presbiteriano, Congregacional, é fruto de um mesmo movimento de expansão missionária. Apresenta pequenas diferenças, a maioria das quais a gente poderia localizar, no estilo de governo. Uma Igreja de regime episcopal, uma Igreja de regime presbiteriano, uma Igreja de regime congregacional, etc. Mas, certamente uma pessoa desavisada, que entre num templo da Igreja Presbiteriana, ou que entre num templo da Igreja Metodista, num momento de culto, não vai sentir muita diferença. Eu acho que não vai. Basta verificar: os hinos que vão ser cantados (ou os corinhos), praticamente são os mesmos; a forma de se orar não vai ser muito diferente, os sermões que vão ser ouvidos também não serão muito diferentes. Talvez uns com ênfase mais proselitista, outros com ênfase no estilo moral de vida, mas acho que o protestantismo brasileiro das Igrejas chamadas históricas (eu não estou falando das Igrejas Pentecostais, e que constituem um capítulo à parte), não apresenta muita diferença. Mas elas praticamente se caracterizam por sua ênfase fundamentalista, pela sua ênfase pietista, por sua ênfase proselitista, por sua visão dualista — Igreja e Mundo —, como duas coisas que não têm nada a ver uma com a outra.

Presença

Mas mesmo assim é muito comum ouvir, ou de pastores ou de jovens metodistas, que, em função do seu Credo Social e de sua origem, a Igreja Metodista teria uma inserção maior nos problemas sociais do que as outras denominações históricas. Como é que você vê isso?

Paulo Ayres

Quando digo que não existe muita distinção entre as Igrejas Protestantes, estou falando da realidade tal como se dá. Certo? Vamos dizer, como as Igrejas existem historicamente. Agora, se a gente começa a ver as raízes das Igrejas, tanto do ponto de vista histórico como teológico, aí há



diferenças. Acontece que a maior parte dos membros destas Igrejas não estão conscientes dessas diferenças. Porque praticamente o discurso protestante brasileiro, foi assim..., pasteurizado, quer dizer, não só o discurso mas a prática também dessas Igrejas é mais ou menos comum a todas.

Presença

Mas eu acho que há alguma coisa que é distintiva, na rotina eclesial. Por exemplo, a gente percebe na Igreja Presbiteriana a ênfase na pregação, a ênfase no sermão. Na Igreja Episcopal há ênfase litúrgica. Não seria na Igreja Metodista e ênfase da Escola Dominical, da Educação Cristã?

Paulo Ayres

Grande parte da Educação Cristã nas últimas décadas, principalmente no período que vai dos anos 20 aos anos 60/65 foi muito semelhante à Igreja Metodista; a Igreja Presbiteriana, a Igreja Congregacional praticamente tiveram o mesmo currículo da Escola Dominical, através de programas comuns que foram sendo desenvolvidos, primeiro através das lições internacionais, depois através do currículo desenvolvido pelo Setor de Educação Cristã da Confederação Evangélica do Brasil. Quer dizer, eu não vejo qual seria a distinção entre essas três.

Agora, de modo geral, a prática e o discurso das Igrejas Metodistas, Presbiterianas e Batistas (que têm colégios, orfanatos, sociedades internas, etc.) não são muito diferentes.

Presença

E quanto à Episcopal, à Batista e à Luterana?

Paulo Ayres

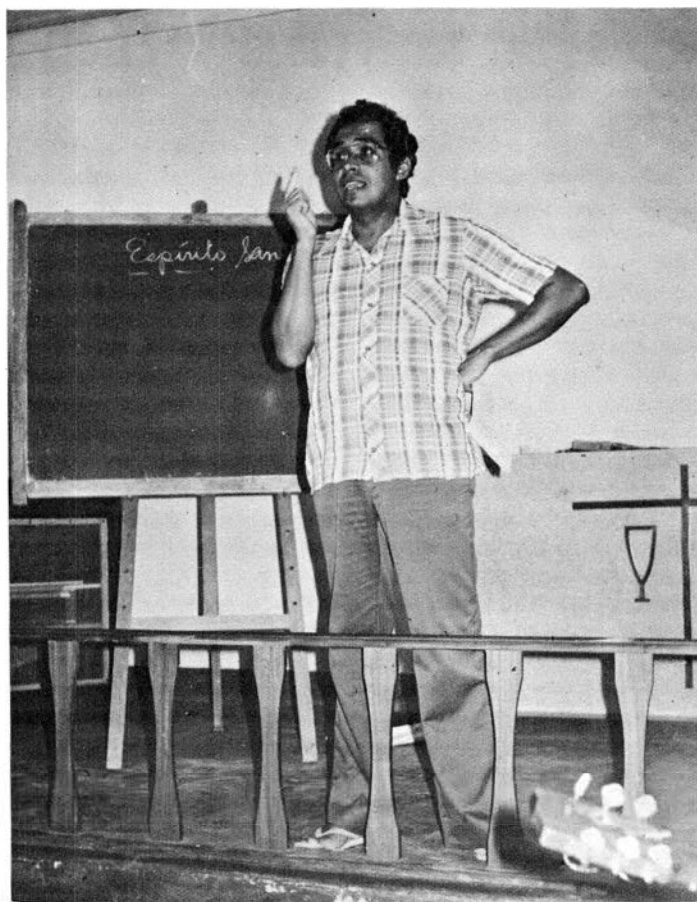
Sim, mas, vamos esclarecer: a Igreja Luterana, você não pode colocar no mesmo bojo em que analisa as que são conhecidas como protestantismo de expansão. No protestantismo de expansão: batistas, metodistas, presbiterianos, congregacionais, que vieram do movimento missionário do século passado, são Igrejas transplantadas para a realidade brasileira, mas também através de brasileiros. Vamos dizer: os missionários americanos estavam em busca dos brasileiros. A Igreja Luterana não. A Igreja Luterana busca os imigrantes alemães. É uma Igreja de um protestantismo chamado étnico (os estudiosos classificam assim). A Igreja Episcopal realmente nunca chegou a ter uma inserção mais ao nível nacional. Ela ficou muito localizada ao sul do Brasil. Quanto às Igrejas Batistas, Presbiterianas, e em certa maneira às Metodistas, são aquelas que atingiram dimensões nacionais. Agora, essas três Igrejas — Batistas, Metodistas, Presbiterianas e acrescentando as Congregacionais —, praticamente tiveram histórias bem parecidas, bem próximas. A Igreja Metodista não teve o mesmo ímpeto de crescimento dos batistas e nem dos presbiterianos. Os presbiterianos tiveram um crescimento no Brasil muito maior, proporcionalmente, do que os presbiterianos nos Estados Unidos. No entanto, nos Estados Unidos são quinze milhões de metodistas (entre a Igreja Metodista Unida e as outras) e os presbiterianos não chegam a oito milhões, quer dizer, o Metodismo nos Estados Unidos teve muito mais impulso de crescimento do que aqui e do que o Presbiterianismo nos Estados Unidos. E o Presbiterianismo no Brasil teve muito mais impulso no crescimento do que o Metodismo.

Presença

Pode apresentar as razões?

Paulo Ayres

Aí, há certas razões que para mim ainda não são claras. Há muitas teorias, mas eu vejo que houve um crescimento muito diminuído da Igreja Metodista com relação aos batistas e aos presbiterianos. Agora, de modo geral, a prática e o discurso das Igrejas Metodistas, Presbiterianas e Batistas (que têm colégios, orfanatos, sociedades internas, etc.), não são muito diferentes. Porém, os metodistas têm algo interessante. Nestes dias atrás eu andei lendo o Credo Social da Igreja Metodista desde o primeiro "cânon" em que aparece o Credo Social. E o primeiro Credo Social, não é um Credo Social Metodista. É um Credo Social da Federação de Igrejas Cristãs dos Estados Unidos. Isso é muito interessante,



não é? Era o Credo que a Igreja Metodista do sul dos Estados Unidos tinha assumido como seu. Não era um Credo Social especificamente metodista. Eu não sei se é de 1920 ou 1910. A disciplina é de 1918. E é o Credo Social das Igrejas de Cristo na América, que é o antecessor do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs dos Estados Unidos. Isso para mim foi uma grande surpresa, porque eu não sabia. Descobri isso semana passada, quando comecei a fazer uma leitura de todos os Credos Sociais da Igreja Metodista.

Presença

Quer dizer então, pelo que você descobriu, o Credo Social da Igreja Metodista não é tão metodista assim?

Paulo Ayres

Não, exatamente; acho que ele em grande parte o foi. Esse Credo do Concílio Federal de Igrejas nos Estados Unidos foi forjado por influência de metodistas. Eles estavam muito ativos nessa elaboração. Em grande parte representa o pensamento e a obra da Igreja Metodista nos Estados Unidos; de uma certa forma. Mas o que eu estou querendo dizer é que o primeiro Credo Social que aparece na Igreja Metodista do Brasil, é fruto já de uma cooperação ecumênica entre Igrejas Protestantes nos Estados Unidos. E quando nós assumimos o Credo Social nos Cânones de 1934, assumimos um Credo Social já da Igreja Metodista, a partir da Igreja Metodista dos Estados Unidos que é muito avançada. Vejam só o seguinte: o Credo Social naqueles cânones de 1910, de 1918, aparece no final. Aqui nos cânones metodistas brasileiros de 1934 ele aparece no capítulo que trata

das doutrinas e costumes no início dos cânones; não no final, mas no início. É muito interessante, como diz aqui; (lê) “a Igreja Metodista no Brasil”, tatati tatatá, “por isso interpretando o Evangelho tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, declara-se solidária com os demais ramos da Igreja de Cristo na defesa dos seguintes princípios; ...direitos iguais e justiça rápida e econômica para todos os homens em todas as camadas sociais.”

Quer dizer, desde 1930 que a Igreja Metodista tem um Credo Social que nunca encontrou uma resposta concreta nas Igrejas locais. Acho que o que se está fazendo é o seguinte: tentando se desenvolver uma prática que busca nos documentos um amparo. Não é uma prática que nasce dos documentos, porque já em 1930 e poucos nós já tínhamos certas colocações no Credo Social que, em termos de Igreja Metodista, eram bastante avançadas.

“Proteção do operário contra maquinismos perigosos e contra todas as enfermidades e prejuízos provenientes do trabalho. Direito de todos os homens a uma oportunidade de manutenção própria; proteção desse direito contra toda espécie de usurpação; proteção do operário contra os malefícios do trabalho forçado a fim de minorar e prevenir o desenvolvimento da pobreza. O que me parece é que o Credo Social nunca encontrou uma resposta dentro da Igreja Metodista. Esse Credo Social foi mantido até 1960: Em 1960 ou 65 é que é colocado um novo Credo Social na Igreja Metodista. Esse Credo Social que foi introduzido na época da autonomia da Igreja é mudado 30 anos depois, já agora mais voltado para as condições concretas do Brasil, mas que também nunca chegou a se encarnar na vida da Igreja como Igreja.

Presença

Não é um documento que nasce da prática?

Paulo Ayres

Não é um documento que nasce da prática. É um documento que nasce da elaboração teórica de alguns grupos dentro da Igreja. É... não sei... acho que essa constatação, por um lado, desmistifica um pouco o Metodismo brasileiro quando é comum dizer que o Metodismo tem uma contribuição própria particular, em termos de sua origem teológica, sua origem histórica. O Metodismo histórico como aconteceu na Inglaterra, dando um pulo então para o Brasil através dos Estados Unidos, perdeu as suas raízes históricas; é um Metodismo que entra como denominação, não entra como movimento.

Presença

Paulo como é que se pensa operacionalizar as ênfases assumidas no último Concílio Geral (1) na formação de um ministério leigo e no desenvolvimento de uma pastoral popular?

Paulo Ayres

Não é claro ainda pra mim como isso aí vai ser desenvolvido, pelo seguinte: levando-se em consideração o que o Con-

Mas o que estou querendo dizer é que o primeiro Credo Social que aparece na Igreja Metodista do Brasil, é fruto já, de uma cooperação ecumênica entre Igrejas Protestantes nos Estados Unidos.

cílio Geral decidiu em termos do “plano de vida e missão”, do documento sobre educação do plano diretor missionário, vamos ter que fazer uma revisão bastante grande da ação da Igreja nas diferentes regiões. Porque creio que estas hoje realmente **têm** tendências diferentes, **representam** tendências diferentes, e, de acordo com a situação interna de cada uma, terão que se desenvolver providências que possam conduzir à realização das propostas que se encontram nos documentos aprovados pelo Concílio Geral.

Nós, os bispos da Igreja, não tivemos ainda a oportunidade de conversar sobre este assunto, porque depois do Concílio tivemos um encontro em que grande parte foi dedicada a fazer uma revisão da legislação da Igreja. Por que da legislação? Porque essa é uma situação que tem a ver diretamente, agora, **conosco**, em termos de certas responsabilidades administrativas que o Concílio Geral transferiu para os bispos. Os bispos estão muito preocupados como vai se desenvolver essa nova sistemática administrativa da Igreja. Então, é uma questão que vamos ter que enfrentar (bastante difícil pra nós); como desenvolver essas ênfases, dentro das nossas regiões. Eu diria que o Colégio Episcopal, atualmente, tem uma composição que ajuda a entender o problema. Acho que tem condições de entender esse problema dentro de suas implicações mais sérias, mais determinantes.

Agora, como essas ênfases vão ser operacionalizadas em termos da formação do Ministério Leigo ou do desenvolvimento de uma Pastoral Popular, creio que é um assunto que o Colégio Episcopal vai ter que tratar com muito carinho uma vez que a questão do Ministério da Igreja, tanto o Ministério Ordenado, como o Ministério Leigo, passa agora para a jurisdição direta do Colégio Episcopal, através da Faculdade de Teologia. Eu não sei qual é o consenso ainda do Colégio Episcopal sobre estes assuntos.

Presença

E você, pessoalmente, como encara esta questão?

Paulo Ayres

Falando da minha maneira pessoal de ver: temos que submeter este plano a uma discussão generalizada a nível das Igrejas locais, levando-as a discutir o que que elas entendem por estas ênfases aprovadas no Concílio Geral, contidas no Documento de Vida e Missão e Diretrizes Para a Educação da Igreja Metodista e verificar o que elas entendem a respeito deste documento. O que esse documento tem a ver com o que elas estão fazendo? O que as propostas desse documento têm a ver com a realidade onde essas Igrejas estão colocadas? E a partir daí o que que essas

(1) O Concílio Geral da Igreja Metodista é o conclave que estabelece as diretrizes gerais de toda a vida da Igreja além de eleger os Bispos de quatro em quatro anos. Estas diretrizes incluem todos os setores da Igreja: instituições, cânones, Igrejas locais e administração geral.

Quer dizer, desde 1930 que a Igreja Metodista tem um Credo Social que nunca encontrou resposta concreta nas Igrejas locais.

Igrejas propõem? Isso significa a gente introduzir uma metodologia, uma pedagogia nova dentro da Igreja, diferente de você já chegar com programas prontos, para a Educação Cristã, para a Ação Social, para a Evangelização com as Igrejas.

Agora, por outro lado, você ao introduzir essa pedagogia, terá que levar em consideração a prática já estabelecida dentro dessas Igrejas; o discurso já estabelecido dentro delas, a fim de que simplesmente não fiquem repetindo jargões novos em cima de uma prática antiga ou de um entendimento antigo. Que essas Igrejas sejam levadas a questionar a sua própria ação, o seu próprio trabalho.

Vejo que isso aí então comprometeria as Igrejas locais, os pastores, as lideranças locais num processo grande de discussão interna. Vejo então que essa questão do Ministério Leigo e o desenvolvimento de uma pastoral popular, só tem sentido na medida em que surgir de uma avaliação das próprias Igrejas locais a respeito da sua própria ação; talvez enfrentando os desafios que os documentos colocam. Eu realmente não tenho nenhuma outra maneira pra começar a introduzir estas ênfases a não ser através de uma discussão generalizada dentro da região.

Presença

Quer dizer, pelo que você está colocando, que ainda não se desenvolveu uma pedagogia no sentido de alcançar e representar efetivamente essas Igrejas. Em certo sentido, corre-se aqui o risco de repetir os erros cometidos no final da década de 50 e início da década de 60, em que os líderes traziam um discurso pronto e jogavam em cima das Igrejas; e a reação foi quase sempre negativa.

Paulo Ayres

Minha preocupação neste sentido é a que esse erro não seja repetido, entendeu? Estou convencido de que houver somente uma discussão com os pastores, o trabalho não vai avançar muito. Creio que se tem de fazer uma discussão com a participação das Igrejas. Um problema sério que eu vejo é que as Igrejas locais não acreditam em qualquer forma de participação democrática, porque estão acostumadas a uma direção autoritária, com planos que vêm de cima. Pressinto uma grande dificuldade para a gente desenvolver esse debate no interior da Igreja. É preciso que as próprias pessoas acreditem que o debate que a gente propõe é realmente sério, e é pra valer. E que isto pode significar a desinstalação das lideranças atuais nas Igrejas locais; a necessidade do aquecimento de novos líderes, que sejam mais representativos do sentimento majoritário da Igreja e não de grupos de controle.

Presença

Outra pergunta: A Igreja Metodista é reconhecida historicamente como tradicionalmente ecumênica. Esse ecumenismo tem sido assumido na prática como ecumenismo de serviço ou não? Como é que se tem assumido, ao menos aqui no Rio de Janeiro?

Paulo Ayres

Pois é, a questão do ecumenismo na Igreja Metodista, vem no bojo dessas decisões que são assumidas por cúpulas, por reuniões como as dos Concílios Gerais, mas que realmente não permeiam a vida prática da Igreja. A Igreja Metodista é ecumênica em termos dos seus documentos, é ecumênica em termos da sua cúpula, especialmente dos seus bispos (porque com mais ou menos amplitude, a maioria dos bispos metodistas é ecumênica). O que realmente me perturba é que se a maioria das reuniões máximas da Igreja se manifestam ecumenicamente, se os líderes que são escolhidos por essas reuniões de caráter geral na sua maioria são também pessoas de um posicionamento ecumênico, como é que você tem uma Igreja, que numa proporção bastante considerável é anti-ecumênica? Acho que uma porção considerável da Igreja Metodista é anti-ecumênica. Estou tratando aqui da Igreja em termos de sua membresia e, não em termos da sua cúpula, da sua hierarquia. Essa é uma questão que me parece grave, porque exatamente o ecumenismo na Igreja Metodista não foi uma posição que a Igreja assumiu enquanto composição dos membros da Igreja Metodista, mas foi assumido por órgãos e por pessoas da cúpula da Igreja.

Presença

Por herança?

Paulo Ayres

É, por herança, claro. Se a gente vê a herança ecumênica da Igreja Metodista, tem que considerar homens como César Dacorso Filho, Guaraci Silveira, Antonio de Campos Gonçalves e Tucker, que, no momento em que foram os líderes da Igreja, eram ecumênicos, mas em termos do relacionamento com as Igrejas evangélicas. Isto é, eram líderes que não aceitavam o sectarismo entre os evangélicos. É o momento do aparecimento da Confederação Evangélica, da Sociedade Bíblica do Brasil, da Associação Umuarama, dos Hospitais Evangélicos, e do Seminário Unido, como Erasmo Braga propôs. Havia certas propostas já ecumênicas, enquanto mundo protestante. No momento então que a Igreja Católica sai do seu isolacionismo com João XXIII, com o Concílio Vaticano II, os líderes metodistas, continuam na linha dos líderes passados e assumem uma postura de diálogo com a Igreja Católica. Mas a Igreja como um todo realmente nunca acompanhou. Talvez quem participou mais desses movimentos ecumênicos protestantes, foi a mocidade, nos diferentes momentos, na década de 40, na década de 50, através do Departamento de Mocidade da Confederação Evangélica do Brasil, através da U.C.E.B. (União Cristã de Estudantes do Brasil). A mocidade teve uma prática maior de participação ecumênica, e talvez por isso exatamente, quando houve a virada da Igreja Católica, foi também a mocidade que mais assumiu o ecumenismo também com os católicos romanos. É muito interessante ler alguns documentos sobre o ecumenismo na Igreja Metodista da década de 60, onde ainda existe essa separação, ecumenismo com as Igrejas Evangélicas e ecumenismo com a Igreja

Católica. Por exemplo, no Credo Social não aparece a Igreja Católica. Na Pastoral dos Bispos no final de 65 a 66, onde há um capítulo sobre ecumenismo, distingue-se ecumenismo com as Igrejas Evangélicas e ecumenismo com as Igrejas Católicas. Ainda a nível de cúpula.

Agora, a pergunta que você faz quanto ao ecumenismo de serviço, creio que é o que se vem desenvolvendo e se impondo muito mais por causa da realidade que coloca problemas e questões que são inescapáveis às Igrejas do que o ecumenismo de cúpula. O ecumenismo de serviço é muito mais em termos de problemas que a realidade concreta da vida impõe.

Presença

É possível falar da Igreja Metodista Brasileira como se fosse um todo?

Paulo Ayres

Eu responderia assim meio mineiramente, né, sim e não. Sim, se você pensa em termos da instituição. Do ponto de vista organizacional, existe uma Igreja Brasileira. Do ponto de vista da vida realmente concreta, eu pessoalmente chamo a atenção para a afirmação de que a Igreja Metodista tem perdido nos últimos anos a sua identidade (é uma frase que tem sido usada em certos setores mais abertos, mais avançados da Igreja Metodista) para caracterizar uma situação da existência de muitas tendências na Igreja. A verdade é que, desde o início, quando o trabalho metodista missionário foi crescendo, nós tivemos a organização de três conferências: a Conferência Anual Brasileira, a Conferência Central Brasileira e a Conferência Sul Brasileira. O Sul já era uma outra história, porque foi iniciado pela Igreja Metodista do Norte dos Estados Unidos; portanto, tinha outras características. Com o passar do tempo eu diria que essa Igreja Metodista Brasileira veio a existir de três experiências históricas distintas: no Sul, no Centro (a área de São Paulo) e a parte conhecida como Conferência Anual Brasileira que era Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse sentido eu diria que hoje a gente pode detectar como essas diferenças marcaram a maneira concreta da Igreja Metodista existir na área do Rio de Janeiro e Minas Gerais, na área do Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso e uma forma do Metodismo existir no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Então nesse sentido não existe uma Igreja Metodista Brasileira que seja uniforme, igual em todo o Brasil.

Presença

Será possível você especificar um pouco mais?

Paulo Ayres

Por exemplo, as Igrejas aqui da área do Rio de Janeiro sempre foram Igrejas de corte mais popular (isso não quer dizer que eram Igrejas populares), em termos da situação social dos membros da Igreja Metodista. No Sul sempre foi mais uma Igreja de corte de classe média. Por isso sempre houve uma diferença muito grande entre a forma de culto aqui no Rio de Janeiro e a forma de culto lá no Rio Grande do Sul.

Aqui no Rio de Janeiro sempre foi um culto mais espontâneo, um culto sem liturgia escrita, pouco ritualista, mais ao nível de trabalhos de avivamento espiritual, que era de uma

Vejo, então, que essa questão do ministério leigo e o desenvolvimento de uma pastoral popular só tem sentido na medida em que surgir de uma avaliação das próprias igrejas locais...



certa forma o que existia no sul dos Estados Unidos nos meados e na última parte do século passado com os acampamentos de reavivamento e despertamento espiritual.

No Rio Grande do Sul, em função da influência maior da Igreja Metodista do Norte dos Estados Unidos, era uma igreja mais formal, mais ritualista, menos espontânea; eu diria até um pouco mais fria do ponto de vista de expressão emocional. Eu não tenho muita certeza é de como isso foi se definindo, foi se caracterizando, do ponto de vista da eclesiologia. Acho que não há nenhum trabalho feito sobre isso. Que eclesiologia predomina no Sul, que eclesiologia predomina aqui no Norte ou na parte de São Paulo. Mas você pode ver hoje a diferença ainda no comportamento dos grupos predominantes, tanto na área do Rio de Janeiro, como na área de São Paulo, como na área do Sul. No último Concílio Geral isso foi claro, através da própria composição das delegações. O que era prioritário para certas delegações não era para outras.

São Paulo sempre esteve muito mais preocupado com questões de legislação, com questões institucionais, com questões burocráticas da Igreja. Uma disputa do poder muito mais em termos pessoais. Já aqui no Rio de Janeiro, me parece, que essa disputa pelo poder existe, não tanto em termos individuais, pessoais, mas muito mais em termos de alguns posicionamentos doutrinários; um pouco mais ou menos conservadores. Em São Paulo minha impressão é que muitas vezes as questões doutrinárias são manipuladas para atender a certos interesses de ascensão ao poder da Igreja.

Acho que uma porção considerável da Igreja Metodista é anti-ecumênica.

No Sul sempre houve uma tendência de se discutir a questão mais em termos intelectuais, o que não quer dizer que seja melhor ou pior do que as duas outras posições que eu tenho colocado aqui. Há uma certa sofisticação de apresentação das próprias propostas. Não estou dizendo também que são teológicas; são mais intelectualizadas, o grupo é mais intelectualizado. Isso é claro também na composição das delegações leigas nos grandes encontros nacionais.

Eu diria que nós temos assim tendências teológicas, tendências culturais, tendências sociais distintas nestes três grandes centros. Um centro composto pelo Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que mais ou menos têm uma certa semelhança. São Paulo e interior, e, finalmente, o Sul. Não existe uma Igreja Brasileira se você está entendendo Igreja Metodista Brasileira em termos de cultura brasileira (eu falei primeiro em termos de unidade da Igreja Metodista).

Presença

Então não existe uma Igreja Brasileira enraizada na situação nacional?

Paulo Ayres

Eu diria que não. Nesse sentido não existe uma Igreja Metodista enraizada na realidade brasileira. Como a maioria das Igrejas Evangélicas, a Igreja Metodista é uma Igreja de transplante. Ela foi transplantada dos Estados Unidos para a situação brasileira. E todo o problema que parece hoje nos perturbar de uma forma até angustiante é quando a gente descobre que a Igreja Metodista do Brasil, ou no Brasil, não é uma Igreja Metodista Brasileira, enraizada na cultura brasileira, na realidade social brasileira, assumindo de maneira consciente a sua brasilidade, se a gente pode usar essa palavra. Creio que essa é a grande agonia do momento atual, em que uma Igreja se percebe cem anos num país, mas que tem dificuldades de assumir as formas culturais brasileiras; as formas de música, de manifestações culturais, ou como disse Gilberto Freire, na Conferência do Nordeste, algo que acho que é a mais pura verdade: As Igrejas Evangélicas no Brasil têm produzido o quê? Matemáticos e Gramáticos. Têm produzido poucos músicos, poucos pintores, poucos escritores, quer dizer, manifestações que estejam ligadas diretamente à alma brasileira. Nesse sentido eu diria que a Igreja Metodista, como as demais Igrejas Evangélicas, ainda está por desenvolver um processo de se tornar brasileira. Então a primeira parte da pergunta, relaciona-se com a Igreja Metodista do Brasil como Instituição ou como grupo. A segunda parte refere-se à unidade da Igreja Metodista como brasileira, a nível de uma Igreja Nacional e eu creio que não existe uma Igreja Nacional no Brasil. Essa questão da Igreja Nacional me grila muito, porque muita gente quer meter uma camisa de força, dizendo: nós temos uma Igreja Nacional. Na verdade não temos uma Igreja Nacional.

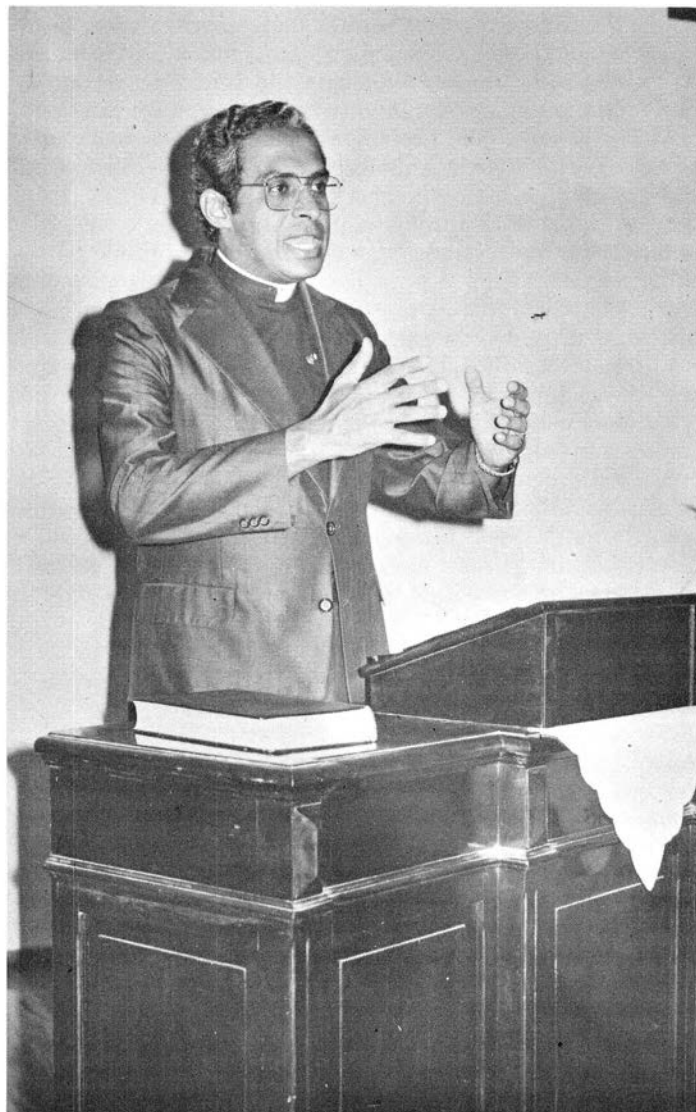
Presença

Eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre essa questão das tendências que foram mencionadas; das tendências progressistas e das tendências conservadoras. Como é que você vê isso hoje? Como é que essas forças se expressam, no Concílio, por exemplo, ou nessas próprias regiões? Como é que se estabelecem essas tendências? E se há matizes entre elas?

Paulo Ayres

Primeiro eu diria que na Igreja Metodista existem três tendências que considero mais ou menos claras.

Uma tendência, que eu chamaria conservadora e tradicionalista, isto é, dos grupos que, tanto do ponto de vista teológico como do ponto de vista mais político, estariam na linha do protestantismo tradicional brasileiro, esse protestantismo que foi transplantado para cá e que se caracterizou pelo menos por duas grandes vertentes: o fundamentalismo e o pietismo. São pessoas, são grupos dentro da Igreja que lutam para preservar o protestantismo muito mais ligado às suas raízes norte-americanas, em lugar de tentar ver o que esse protestantismo transplantado tem a ver com a situação



brasileira. Então, esse seria um Metodismo de uma ênfase muito grande na salvação individual, e na identificação do estilo de vida do cristão com regras morais muito rígidas, muito restritas. Do ponto de vista da interpretação da Bíblia é fundamentalista, literalista, e tem uma concepção missionária evangelística de se conquistar mais e mais adeptos para a Igreja. Politicamente pode ser caracterizado por aquela frase: "A Igreja não se mete em política", portanto, apóia incondicionalmente o Status Quo.

Existe outra que é variante dessa tendência conservadora, e que eu chamaria neo-conservadora. Quer dizer, no fundo não é muito diferente da primeira. Mas aí eu colocaria os elementos carismáticos, os elementos que defendem uma modernização, em termos de se adotarem as práticas da Igreja Eletrônica, com conjuntos musicais (muitas vezes ao estilo dos conjuntos de Country Music dos Estados Unidos), usando guitarras, bateria e toda uma parafernália eletrônica. As ênfases carismáticas seriam assim uma variante bastante diferenciada da posição tradicional do grupo conservador, pois adotam certas manifestações muito mais ao nível do emocional, enquanto que os conservadores são muito mais ao nível de um certo racionalismo, isto é, sua grande arma é a palavra, a pregação da palavra. O grupo não conservador, carismático é muito mais pela emoção, quer dizer, o uso da palavra é muito mais em função da emoção do que em função de uma defesa um tanto e quanto racional das verdades evangélicas.

Presença

Quanto ao grupo carismático; seria possível identificá-lo como uma faceta pentecostalizada do protestantismo histórico?

Paulo Ayres

Ah! sim, eu diria que seria uma tendência pentecostalizada, e que de uma certa forma desafia a teologia tradicional, entendeu, porque introduz aí o elemento emocional que não era levado em consideração de maneira muito grande, especialmente pelos grupos fundamentalistas e menos pietistas. É preciso ver que, certos grupos pietistas que dão muita ênfase no emocional, geralmente nas Igrejas protestantes históricas, são marginalizados e muitas vezes foram empurrados até pra dentro da Assembléia de Deus. Aqui na nossa região acontece freqüentemente isso. A linha do grupo mais conservador creio que sempre foi muito mais na perspectiva do fundamentalismo. Agora, no movimento carismático não; o pietismo realmente encontra a sua manifestação mais plena, através do emocionalismo, sem ter a necessidade de se bandear pro lado dos grupos pentecostais. Eles permanecem no interior das Igrejas tradicionais, mas adotando uma posição diferenciada dos grupos conservadores, já que estes são frios, não crescem numericamente, são apáticos, não têm agressividade evangelística. Então os grupos carismáticos dão muita ênfase nesse envolvimento, nesse comprometimento pessoal com a obra da evangelização e a participação dos grupos passa a ser muito mais decisiva para levar a pontos bastante mais agressivos a questão da conquista de novos adeptos para a Igreja. Esse grupo neo-conservador teria essas tendências, e sem aceitar as ênfases carismáticas de batismo com Espírito Santo, dom de línguas, profecias, coisas desse tipo, vão muito na linha da Mocidade para Cristo, Palavra da Vida, onde se procura modernizar a forma da apresentação da mensa-

Creio que essa é a grande agonia do momento atual, em que uma Igreja se percebe há cem anos num país, mas que tem dificuldades de assumir as formas culturais brasileiras...

gem. Mas a mensagem, no fundo, continua sendo a antiga mensagem conservadora, só que agora com uma nova roupagem.

Presença

Você não falou sobre o grupo progressista!

Paulo Ayres

Acho que na Igreja Metodista ele pode muito mais ser caracterizado como um grupo liberal, liberal aberto, não o liberal reacionário, mas o liberal aberto.

Presença

Generoso?

Paulo Ayres

É, um liberal mais generoso. Porque esse grupo progressista, como também na maioria das Igrejas evangélicas, o aparecimento desse grupo liberal é muito fruto de acontecimentos que se deram nos anos 50 em termos de educação teológica no Brasil. Quer dizer, a descoberta da neo-ortodoxia, a rejeição do pietismo, a rejeição do fundamentalismo, a necessidade de se adotar uma visão mais crítica da Bíblia, uma visão mais sofisticada de elaborar a Teologia, uma certa descoberta de que o Evangelho tem a ver com as realidades cotidianas, manifesta através da frase freqüentemente usada, de autoria de Barth: "O Cristão tem a Bíblia numa mão e o jornal na outra." Você vê, a Bíblia numa mão e o jornal na outra. De uma certa forma uma dicotomia ainda está aí presente.

E esses liberais, é claro, se caracterizam por serem ecumênicos, por não serem proselitistas; de uma certa forma rejeitando tudo o que existia no meio do protestantismo, como coisas ultrapassadas, esclerosadas. Todas essas manifestações mais simplórias eram consideradas como coisas ignorantes e, portanto, não deveriam ser mais mantidas, tinham que ser deixadas para trás, tinham que ser abandonadas. Eu diria que esse liberalismo, essas posições mais liberais, são realmente minoritárias no interior da Igreja. Já que a grande maioria, tanto dos pastores como dos leigos, ainda estão muito dentro da formação conservadora.

Presença

Isto no campo da fé. Como é que você caracteriza esses progressistas no campo da política?

Paulo Ayres

Esses progressistas se caracterizariam, na minha maneira de ver, como de centro-esquerda, muitas vezes com posturas reformistas, de aprimorar o que existe. Eu diria que esses setores liberais, no princípio dos anos 60, estavam

Então, esse pessoal que assumiu uma postura um tanto e quanto radical a nível da situação política da época e com a mudança do regime político no Brasil foi identificado como esquerdista, como subversivo, e as próprias Igrejas tomaram a iniciativa de expurgá-los, de reprimi-los.

muito a favor das reformas de base; a coisa passava por aí. Eu diria que, politicamente, seria uma expressão pequeno-burguesa, esclarecida dentro da Igreja.

Não sei se eu respondo ao que você havia perguntado. De uma certa forma os comportamentos assim elitistas, são uma maneira de se formular propostas, programas e planos que poderão levar a Igreja a se tornar mais relevante para com a situação do povo brasileiro. Há uma preocupação de fazer uma ponte com a realidade brasileira, mas grande parte da teologia, ainda é uma teologia que é formulada em outros ambientes, vamos dizer, na Europa, nos Estados Unidos, e que então tenta adaptar-se à situação brasileira. Isso, no plano histórico, como essa corrente veio existir.

É claro que essa corrente liberal foi vítima de repressão pelos setores mais conservadores, especialmente na última parte dos anos 60, porque, inclusive, muitas vezes encarnaram aquela célebre frase: "Ser Cristo é ser de esquerda". Então, esse pessoal que assumiu uma postura um tanto e quanto radical a nível da situação política da época e com a mudança do regime político no Brasil, foi identificado como esquerdista, como subversivo e as próprias Igrejas tomaram a iniciativa de expurgá-lo, de reprimi-lo. Isto aconteceu na Igreja Metodista de maneira muito clara, nos anos 67, 68 e 69, especialmente entre as lideranças do Movimento da Juventude e dos jovens pastores. Atualmente, eu diria que os setores progressistas da Igreja Metodista ainda não se curaram desse posicionamento vanguardista.

Eu vejo com um pouco de apreensão que os setores mais avançados da Igreja Metodista, de uma certa forma, ainda refletem muito um posicionamento assim: muitas vezes falando em povo, falando em pobre, falando do oprimido, mas realmente numa posição um tanto e quanto vanguardista. Muitas vezes falam em Libertação, falam em Teologia da Libertação, falam em compromisso com as classes oprimidas, falam em opção pelos pobres, mas o que falta realmente nas Igrejas Protestantes, inclusive na Igreja Metodista, é uma prática pastoral social, uma prática pastoral tanto do ponto de vista social como do ponto de vista teológico, que seja desenvolvida a partir da situação dos pobres e dos oprimidos.

Porque grande parte ainda da prática pastoral se desenvolve a partir de uma prática de pequena burguesia. Eu vejo que muitas vezes os trabalhos que são apresentados como exemplos de pastoral nova na Igreja Metodista, são os setores

pequeno-burgueses que vão trabalhar com os setores mais carentes. Mas chegam lá e praticamente assumem o controle do trabalho que está sendo desenvolvido com as comunidades periféricas. Você não vê naquelas comunidades as próprias lideranças locais assumindo a direção dos trabalhos. Então são os elementos pequeno-burgueses que vão trabalhar com os setores da periferia, e eles é que são os dirigentes dos programas, seja dos Centros Comunitários, das Igrejas locais, das escolas populares. Eu não vejo realmente, neste setor mais progressista, algo que pudesse ser assemelhado à liderança que surgiu nas Comunidades Eclesiais de Base.

Presença

Nesse sentido, em linhas gerais, com relação à Igreja Protestante, a impressão que se tem é que seus setores progressistas são compostos, quase sempre, de líderes, pastores, teólogos, estudantes e leigos profissionais liberais, que têm uma determinada prática, digamos assim, progressista avançada, mas não são acompanhados pela sua Igreja, pelas suas congregações. É a mesma coisa junto aos metodistas ou não?

Paulo Ayres

Eu creio que sim, isso não é muito diferente. Às vezes fico me perguntando quais são verdadeiramente as experiências mais avançadas na Igreja Metodista que têm uma característica de trabalho popular autenticamente falando. Quer dizer, o trabalho desenvolvido a partir das próprias classes populares (porque há pessoas que pertencem às classes populares dentro da Igreja Metodista), pois que os trabalhos populares que a Igreja Metodista desenvolve praticamente são todos assim como você falou; setores de classe média, intelectuais, pastores, seminaristas, jovens, homens e mulheres que assumem uma postura mais progressista. Por exemplo, o que está acontecendo recentemente com os desalojados da cidade de Petrópolis; a Igreja de Cascatinha foi envolvida numa ação ecumênica com o grupo de ação de Justiça e Paz de Petrópolis, que é um grupo formado por católicos e onde estão padres e leigos. É um ecumenismo que surge numa situação bem específica, num programa bem concreto, que joga inclusive na participação litúrgica conjunta, mas que realmente não tem uma elaboração teológica, embora conseqüente. Eu não sei até onde as comunidades estão avançando numa compreensão mais ampla da cooperação que atualmente se dá em cima do problema dos desalojados das enchentes do início do ano. Terminado esse problema, superado esse problema não sei como, essas Igrejas vão continuar mantendo algum tipo de relacionamento concreto? Eu não tenho nenhuma garantia, mas sei que isso já foi bastante importante. Por que não é um ecumenismo que se dá a nível das cúpulas nem foi incentivado pelas cúpulas, nem foi proposto pelas cúpulas, mas foi exatamente concretizado lá, dentro da comunidade. É claro que houve agentes de pastoral, pastores, freiras, padres, catequistas, líderes leigos, que fizeram avançar a questão. Mas não foi realmente a cúpula denominacional que avançou a questão.

Presença

Paulo, permita-me voltar aí um pouco à questão do Concílio. Dentre os bispos eleitos agora, qual a tendência que cresceu a nível do conjunto de bispos, o grupo progressista, ou o grupo conservador?



Paulo Ayres

Com a eleição dos dois novos bispos, o Isaac Aço e Adriel de Souza Maia (em cosnequência da aposentadoria do bispo Sadi e do bispo Moacir, respectivamente lá do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais), nós temos hoje no episcopado da Igreja, pessoas que foram formadas já dentro de um debate teológico e de uma prática pastoral muito mais ao nível das propostas que o próprio Concílio aprovou. Os bispos mais idosos, como o bispo Sadi e o Bispo Moacir são de uma formação muito característica do Protestantismo dos anos 30 e 40. Já o bispo Isaac e o bispo Adriel vêm muito mais de uma formação característica dos anos 60 e 70. As propostas aprovadas no Concílio Geral, as ênfases determinadas pelo Concílio Geral, encontram uma receptividade muito maior por parte destes bispos. Eu não diria que o setor progressista ou o setor conservador têm o maior peso. Vejo o seguinte: há pessoas que estão muito mais, por sua própria formação, identificados com as propostas do Concílio.

Agora, a gente não pode esquecer que o próprio Colégio Episcopal, enquanto conjunto de pessoas, indivíduos, é muito diferenciado, em posicionamentos teológicos, em posicionamentos políticos, em posicionamentos éticos. Há uma diferenciação enquanto indivíduos. O que me parece que é importante, é perceber a maneira como o Colégio Episcopal decide. Pelo menos nestes cinco anos em que tenho participado, o Colégio Episcopal não decide por votação, mas por consenso. Isso significa que há um intercâmbio muito intenso entre os diferentes membros do Colégio Episcopal pa-

Atualmente, eu diria que os setores progressistas da Igreja Metodista ainda não se curaram desse posicionamento vanguardista.

Eu não vejo realmente, neste setor mais progressista, algo que pudesse ser assemelhado à liderança que surgiu nas Comunidades Eclesiais de Base.

ra se chegar a um consenso em que as posições pessoais não se impõem pela hegemonia, mas se impõem exatamente pelo acordo. Isso pra mim era muito difícil de entender antes de ser bispo, porque julgava os bispos a partir da minha compreensão deles enquanto indivíduos. Mas na medida em que comecei a participar, realmente entendo que o Colégio Episcopal, para formular uma determinada posição, vai num processo sempre de interrelação de posições, até chegar num ponto em que a gente diz: isso aqui expressa plenamente a nossa posição.

Por isso é que, às vezes, as pessoas me questionam: como é que você permitiu que sáísse isso, ou que essa decisão fosse feita assim, assim? Como fazem essa pergunta a mim, devem fazer também a outros bispos que individualmente têm posições diferentes da minha. Exatamente porque esse processo de consenso, que é muito complexo, procura não seguir uma hegemonia. Se num Colégio Episcopal de seis pessoas, você quiser conseguir hegemonia, vai ser um processo autofágico. Seria completamente impossível de se trabalhar. Então, para responder à sua pergunta, eu diria que o Colégio Episcopal, com a eleição que se deu (não em função das substituições), ele tem condições de ter um consenso que possa levar à frente as propostas e as ênfases do Concílio Geral. Isso enquanto Colégio Episcopal.

A outra questão que nós vamos ter que definir como Colégio (e creio que agora vamos ter que enfrentar de maneira mais clara), é como cada um de nós, bispos, dirige a sua região. Porque até este momento não tem havido interferências maiores do Colégio na maneira pessoal de cada bispo dirigir a sua região. Enquanto Colégio Episcopal, a gente encontra certos consensos, mas enquanto bispos nas regiões, nós ainda não temos realmente chegado a um consenso. Você percebe qual é a diferença? Eu creio que o atual Colégio Episcopal tem a responsabilidade de encarar essa questão de frente. Como nós, bispos, enquanto bispos das regiões, vamos ter acordos mínimos que nos ajudem a implementar as decisões do Concílio Geral em nossas regiões. Respeitadas as diferentes conjunturas, porque são diferentes mesmo, em termos de posicionamentos ideológicos, políticos, teológicos.

singular ou plural como é que se chama a Igreja Metodista no Brasil?

Milton Quintino

“Estou tão certo de que sou livre para falar ou não, para agir ou não, para fazer isto ou o contrário, como estou na minha própria existência. Tenho não só o que se chama ‘liberdade de contradição’ — um poder de fazer ou não, mas o que se chama ‘liberdade de contraditoriedade’ — poder de agir deste modo ou do contrário. Negar isto seria negar a experiência constante de toda a espécie humana.”

Tai. Um trecho do sermão “Que é o homem?”, de John Wesley, iniciador principal do movimento chamado Metodismo, na Inglaterra de 1739 e 1740.

Insólita e profética profissão de fé.

Insólita porque nascida ao embalo sísmico da Revolução Industrial e bem no seu berço europeu. Insólita por partir de um clérigo anglicano, formado em Oxford e com rígidos padrões de disciplina. Insólita como o foi o início do movimento: uma reação ao burocratismo litúrgico/letárgico da Igreja Anglicana, com marcada influência pietista e a conseqüente ênfase na experiência. Ao mesmo tempo, um processo que levou à pregação nas minas de carvão, à contestação das condições desumanas do sistema penitenciário, à busca de uma educação popularizada... e mais: com incentivo à participação dos leigos, itinerância no trabalho com as bases, renovação da hinologia...

E profética.

Porque, antes de chegar ao Brasil — no final do século passado, o Metodismo wesleyano teve os Estados Unidos por escala (Sempre os atravessadores!...). De lá, ele veio bipartido teológica e, claro, ideologicamente,

nas vertentes *conservadora e liberal*. A priméria entrou pela via de evangelização proselitista, cujo acento não se encontrava na originalidade de uma proposta religiosa, mas na oposição ao modelo católico-romano vigente. A vertente liberal veio montada na educação. No colo, trazia as flores e raízes da modernidade. No final da década de 1880, começavam a ser instalados os colégios metodistas, cuja presença simbolizaria um marco distintivo com respeito à rigidez da proposta educacional apresentada pelo Estado e pelos jesuítas, *Granbery* (Juiz de Fora), *Bennett* (Rio de Janeiro), *Piracicabano* (Piracicaba) — todos unidos para formar uma “elite de democratas liberais” que comporiam os futuros quadros dirigentes do país. Uma nação protestante porque dirigida por protestantes. Nada mais *lógico*, nada mais *bíblico*, nada mais *democrático*. Nada mais norte-americano...

Portanto, o Metodismo foi um movimento que se institucionalizou em Igreja; uma instituição religiosa que se afirmou por outra: a educativa. Com o passar do tempo, no entanto, também a educação pública e privada receberam os ventos da modernidade. Enquanto isso, a Igreja Metodista no Brasil — instituição religiosa — era influenciada pelas circunstâncias sócio-históricas, que lhe colocaram novas questões.

É com esses fluxos de contradições e contraditoriedade (Wesley nem sonharia...), especialmente nas duas últimas décadas — 1960 e 70, que essa instituição tem subsistido. Formalmente independente dos EUA desde 1930, a *autonomia de fato* da Igreja Metodista no Brasil é um processo de início recente.

Como é que ela se reconhece (*autonomia*)? Qual a sua vinculação (com o perdão do termo...) com a realidade brasileira e latino-americana? Fiel à sua tradição wesleyana, qual é sua contribuição original neste lugar, neste momento? O imenso rótulo “Igreja Metodista no Brasil” abriga quantas tendências, quantas correntes, quais interesses? O que representa de fato a ‘elasticidade doutrinária’ dos metodistas?

Ilustres personagens — no túmulo ou fora dele — estremeçam hoje com esse questionamento, cujo aflorar pede que se conte uma outra parte da história.

Primeiro, vamos a um vôo de reconhecimento. Depois retomamos o fio da conversa.



COM QUANTOS PAUS...

Os metodistas são, em todo mundo, cerca de cinquenta milhões.

No Brasil, registrados como membros de igrejas locais, estão setenta e duas mil pessoas. Número pequeno, quer pelo tempo de implantação, quer pela comparação com batistas e luteranos, ou até mesmo com o próprio Metodismo em outros países. A Igreja Metodista, nos últimos cinco anos, apresentou um índice médio de crescimento pouco maior que 2% ao ano (a média, na América Latina, é de 11%). Igualmente, entre os clérigos — pres-

biteros e pastores suplentes — o índice foi de 1,5%. Existem hoje cento e setenta e sete leigos para cada clérigo.

Há por volta de seiscentas igrejas metodistas, desde o Rio Grande do Sul até o Acre. Administrativamente, a Igreja é dividida e dirigida em Regiões Eclesiásticas: Rio de Janeiro (1ª RE); Rio Grande do Sul (2ª RE); Grande São Paulo, Baixada Santista e Vale do Paraíba (3ª RE); Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia (4ª RE); Interior de São Paulo, Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul e do Norte, Goiás — inclusive D.F. (5ª RE); Paraná e Santa Catarina (6ª RE); Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe (Região Missionária). E existem os Campos Missionários Gerais: Belém, Altamira, Acre, Rondônia, Dourados (Projeto Tapeporã — com índios).

A Região Eclesiástica está sob autoridade de um Bispo, cuja eleição é realizada a cada cinco anos, pelo Concílio Geral da Igreja. Os Concílios são a instância principal de toda estrutura e correspondem a assembléias de todos os membros (nas igrejas locais) e de delegados (a nível Regional e Geral). Também é nos Concílios Gerais que se definem as linhas mestras e planos de ação da Igreja Metodista no País, bem como a formulação dos *Cânones*, isto é, a legislação administrativa da instituição. Os órgãos executivos — locais, regionais e gerais — são os Conselhos, eleitos pelos Concílios. Os Conselhos são assessorados por Secretarias (de Evangelização, Educação Cristã, Ação Comunitária, Comunicação e Coordenação), que ajudam a estabelecer os Programas de Ação, em suas respectivas áreas. A Escola Dominical e as Sociedades (grupos divididos por faixas etárias: *Homens, Mulheres, Jovens e Crianças*) subordinam-se à Área de Educação Cristã. A nível Geral, funcionam duas comissões permanentes: *Constituição e Justiça* — para julgamento de Questões de Lei e Recursos; e *Legislação* — para aperfeiçoamento da letra canônica.

Além dos templos, capelas, congregações e pontos de pregação, há pelo Brasil setenta e cinco entidades metodistas, entre instituições de ensino e serviço social. Compreendem desde galpões de construção simples até complexos campus universitários. O número de alunos matriculados nas

escolas metodistas excede ao dobro dos membros da Igreja e algumas instituições têm centenas de funcionários. Para coordenar tamanha rede de ensino, existe o COGEIME (Conselho Geral de Instituições Metodistas de Ensino).

Todo o patrimônio da Igreja Metodista no Brasil é administrado pela sua entidade jurídica, a Associação da Igreja Metodista (AIM), a quem está afeita qualquer transação que envolva bens imóveis. A AIM tem seções regionais e seu patrimônio, no dizer do último Relatório do Conselho Geral (julho de 82), é *“altamente expressivo, em termos de bens móveis e imóveis, cujo valor está para ser devidamente apurado, em uma operação de difícil empreendimento, dadas as complexas questões que a envolvem e dada a sua extensão. Seus imóveis incluem templos, edifícios de educação religiosa, de agências e instituições educativas e de ação comunitária, bem como casas pastorais, outras residências, terrenos e outras propriedades.”* Segundo uma fonte da própria AIM, cabe à Igreja Metodista o segundo lugar em valor patrimonial entre as organizações eclesiais brasileiras; logo após, obviamente, a supremacia católica.

A Sede nacional da Igreja Metodista fica em São Paulo, ladeada por alamedas, numa bonita propriedade dentro da Chácara Flora (Santo Amaro) e ali funcionam também os escritórios das Secretarias Gerais, a Tesouraria Geral e um centro de hospedagem, bem como uma escola maternal. Em Rudge Ramos, no ABC paulista, localiza-se a Faculdade de Teologia, responsável pela centralização do ensino teológico metodista. Ela tem oitenta alunos matriculados. Atualmente, só há um seminário teológico funcionando em outro local: é o *Cesar Dacorso Filho*, no Rio de Janeiro (com cinquenta e um alunos). Próxima dali, em São Bernardo do Campo, está a IMPRENSA METODISTA: uma grande empresa gráfica que produz os periódicos da Igreja (o jornal *Expositor Cristão* e as revistas *No Cenáculo*, *Voz Missionária*, *Bem-Te-Vi 1 e 2*, *Flâmula Juvênil*, *Cruz de Malta e em Marcha*), livros, hinários, material impresso e serviços para terceiros.

Tradicionalmente os metodistas são ecumênicos. A Igreja Metodista no

Brasil é filiada ao Conselho Mundial de Igrejas e, há pouco, teve aprovada sua entrada para o Conselho Latino Americano de Igrejas (CLAI) e para o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Em relação à “mãe”, a Igreja Metodista Unida dos EUA, o relacionamento — nestes últimos três anos — vem sendo desenvolvido no melhor espírito do *companheirismo autônomo*, através da Board of Global Ministries.



SE A CANOA NÃO VIRAR...

Em julho de 82, aconteceu o XIII Concílio Geral da Igreja Metodista, na cidade de Belo Horizonte. Esta reunião, contra toda expectativa, se tornou um divisor de águas do metodismo brasileiro. Nem tanto pelos documentos e decisões aprovados, mas por representar uma significativa alteração no jogo de forças e posições dentro da Igreja Metodista.

E aqui retomamos o fio da conversa.

Tínhamos interrompido lá pelo questionamento da identidade da Igreja Metodista no Brasil. É importante registrar que aquelas inquietações já se percebiam efervescentes no meio da juventude por toda uma década (58-68), trazidas no bojo do *Evangelho Social* e com eco no momento histórico brasileiro. Com o fechamento político e a conseqüente “caça às bruxas” eclesiais, esse questionamento seguiu por três vias: a saída para colaboração com movimentos ecumênicos (e/ou a Igreja Católica), a pura e simples saída da Igreja e o conformismo à nova situação.

No período seguinte, mais dez anos aproximadamente, a insatisfação com o parco crescimento da Igreja e com a estagnação de suas práticas ainda é muito difusa. Fruto desse ambiente e

do tipo de visão conjuntural possuído pela clientela metodista, aparece o fenômeno do *movimento carismático* no Sul, Centro e Nordeste (aqui com características distintas) do País. Por sua manifestação divisionista e intermitente e pela pronta intervenção do aparato institucional, o movimento carismático não adquiriu peso decisivo como tendência. Especialmente no centro (1ª, 3ª e 5ª Regiões), ele se tornou num aliado político de pouca fidelidade entre conservadores e liberais.

Os anos da abertura coincidem com o surgimento de uma nova geração jovem na Igreja Metodista, com o enfraquecimento qualitativo do ministério clérigo e com o "boom" intrigante das Comunidades Eclesiais de Base católicas. No interior da Igreja Metodista, grupos marginalizados em 64/68 voltam à cena e rearticulam sua sustentação política.

É um período em que cresce a participação leiga, organizam-se precariamente os movimentos da juventude, começa a surgir uma nova consciência da participação da mulher na Igreja, surgem as Pastorais Escolares nas instituições de ensino e ganha espaço um novo discurso apressadamente identificado (e auto-identificado) como "teologia da libertação".

Ações e reações constroem castelos de fadas populares e dragões comunistas em torno do novo discurso. Inicialmente batizado como "os teólogos da libertação", o grupo que se rearticula (mais alguns jovens e simpatizantes) acaba assumindo o selo de *ala progressista*. Os encontros e reuniões passam a ser palco da nova disputa, que ainda encontra pouco eco no grosso das igrejas locais.

Saem documentos, manifestos, posicionamentos, repúdios, artigos, sermões... Mas a *questão de classe* é sempre contornada. Sem dúvida porque toda articulação do novo discurso se dá no campo das intenções e da palavra.

Dai porque o Concílio Geral realizado em julho de 82 marca uma nova fase. Todo o seu desenrolar é uma dramatização surda, com plenários tensos e debates gentis. Latente ali, patente nas maquinações de bastidores, estava o conflito de dois discursos, duas propostas radicalmente diferentes.

Ocorre que, circunstancial mas historicamente, o equilíbrio foi revertido. Saiu um *Plano para a Vida e Missão da Igreja* com tônica humanística, *Diretrizes para a Educação* com adjetivos de "libertadora", moção de solidariedade ao povo de El Salvador, apoio ao Movimento Negro e aos idosos, pedido de revisão da Lei de Segurança Nacional, a Igreja com uma

estrutura mais participativa... Muita poeira foi levantada.

Agora começa a baixar a neblina. O barco é (quase) o mesmo e os remos são novos. Como é que se navega?

AI ENTÃO...

Vai aqui — mais — uma opinião pessoal.

O verdadeiro "renovo" — a folha que brota do tronco cortado — da floresta wesleyana de contradições e contradição é o *requisito urgente de que a Igreja Metodista no Brasil avalie suas próprias possibilidades*. Compreender qual é sua composição, quem seus atores e agentes. Visualizar sua participação no "mundo protestante" e no "mundo ecumênico". Aclarar suas opções, o que significa ousar materializar suas propostas. Desvestir o manto autoritário próprio às instituições, seja qual for seu discurso.

Não há outra saída fora da *comunidade*. Resta saber qual.

Talvez o processo protestante seja uma reversão do católico: prioridade à juventude (e às mulheres), na formação de quadros; prioridade à comunidade, na descoberta de possibilidades objetivas; prioridade aos pobres, na participação humilde com o movimento popular.

Entre o insólito e o profético, a Igreja Metodista no Brasil existe.

*Todos seremos sacerdotes, todos, os altos e os baixos.
E todos comeremos a hóstia do amor como animais calorosos.
Convidaremos todos para a missa: crianças, velhos, presos, pilotos e mecânicos, arcebispos e operários... (1)*

(1) DEBRAVÓ, Jorge, in *A luta dos deuses* — Ed. Paulinas, 1982, pp. 303/305.

Milton Quintino foi redator do Expositor Cristão, órgão oficial da Igreja Metodista. Atualmente é assessor de Comunicação do Instituto Metodista Bennet.



Governo se aproxima das Igrejas Protestantes

A presença do Presidente João Baptista de Figueiredo nas festividades do sétimo aniversário do programa de televisão Reencontro, no sábado (28 de agosto), pode significar um importante passo no sentido de maior estreitamento nas relações entre o governo e as Igrejas Protestantes. Embora ainda não se disponha de informações mais seguras sobre a existência de algum projeto oficial especificamente direcionado para esse segmento religioso, são muitos e importantes os indícios de que o Planalto e áreas próximas estariam dando maior atenção ao clero evangélico e seus seguidores.

O único presidente do Brasil que, algum dia, prestigiou uma importante festa evangélica foi Juscelino Kubitschek. Fato, portanto, ocorrido há mais de vinte e cinco anos e já perdido na memória nacional. Mais recentemente, porém, governadores estaduais, como Chagas Freitas ou Paulo Maluf, estiveram presentes a eventos promovidos por alguma dessas Igrejas. Chagas esteve no sexto aniversário do programa Reencontro, no ano passado, e Maluf, na inauguração do maior templo pentecostal (O Brasil para Cristo) da América Latina, em São Paulo.

Conquistas Políticas

O responsável pela construção desse templo para vinte e cinco mil pessoas, o pastor Manoel de Melo, chegou a adotar atitudes de severas reservas diante do governo Médici. Foi, porém, conquistado para o PDS pelo governador Paulo Maluf que, também trouxe do antigo MDB para o partido do governo o pastor Ivan Spindola de Ávila. Dois outros importantes membros das Igrejas Protestantes em São Paulo estão ligados a Maluf: Jôia Júnior, considerado o maior poeta evangélico do Brasil, o deputado estadual Fausto Rocha, um dos porta-vozes, no Brasil, do movimento mundial liderado pelo pastor Rex Humbard. Humbard, aliás, mantém um escritório em São Paulo, empregando noventa pessoas e dirigido por um cabo eleitoral de Maluf e funcionário das Tecelagens Lutfalla.

Além de Maluf, outras lideranças possedistas têm procurado dar especial atenção às

Igrejas Evangélicas. No Paraná, o ex-governador Ney Braga, agora candidato ao Senado, tirou do MDB para seu partido o ex-prefeito de Londrina, Belênti, influente liderança metodista. Aliás, o maior líder do movimento Reencontro, o pastor Wilson do Amaral Fanini, é muito ligado a Braga, sendo seu programa financiado pela firma paranaense Weber & Kepler.

Em Pernambuco, duzentos pastores, na maioria pentecostais, assinaram ficha de inscrição no PDS, em ato que contou com a presença do próprio ex-governador e agora também candidato ao Senado, Marco Maciel.

No Rio, o pastor presbiteriano Isaías Maciel, envolvido no escândalo do SASE, era apoiado, como se tornou público, pelo ex-ministro da Previdência e, agora, candidato ao governo do Rio Grande do Sul, Jair Soares. Aliás, em Niterói, todo um prédio pertencente à Previdência Social é ocupado pelos serviços assistenciais do movimento Reencontro.

Por fim, autoridades das Igrejas Protestantes têm recebido convites da Escola Superior de Guerra para indicar pastores ou membros da hierarquia evangélica para fazerem seus cursos. Muitos pastores já estão frequentando as palestras promovidas pela ADESG.

Razões

O movimento de aproximação entre o governo e as Igrejas Evangélicas teria como motivação as conhecidas dificuldades no relacionamento de Brasília com a hierarquia católica, facilitada pela maior disposição dos protestantes — até por razões doutrinárias — a se comporem com autoridades seculares.

Os protestantes reúnem, hoje, um grande contingente de crentes, calculado pelo último censo em doze milhões de pessoas. Algumas Igrejas, sobretudo as Pentecostais e Batistas, adotam firmemente o princípio do respeito à autoridade, e mantêm seus adeptos sob rígidos códigos de disciplina.

A "DOCTRINA SANTA FÉ"

No início do governo Reagan, um grupo de influentes dirigentes protestantes norte-americanos redigiu um documento que passou a ser conhecido como Relatório Santa Fé, sugerindo estratégias para o encaminhamento das relações de Washington com a América Latina.

Um dos pontos mais importantes desse trabalho referia-se ao papel da religião como importante fator de mobilização psicossocial e, por isso, instrumento de grande significado para a doutrina de segurança nacional norte-americana.

Coincidência ou não, atualmente, um dos setores que mais fazem oposição à revolução sandinista na Nicarágua é exatamente o das Igrejas Evangélicas. Na Nicarágua, a Igreja Católica praticamente aderiu em bloco ao novo governo.

Este documento está traduzido, na íntegra, no nº 10, dezembro de 1982, da Revista de Cultura Vozes.

Outras, como a Luterana e a Metodista, procuram manter-se relativamente afastadas dos poderes políticos dominantes, ainda que não cheguem a adotar posições críticas radicais como as do clero católico dito progressista. Os Metodistas, aliás, recentemente resolveram vetar a utilização de seus púlpitos para fins políticos eleitorais, o que lhes tem valido críticas de outros segmentos protestantes. Os luteranos, por sua vez, viveram problemas mais sérios: no início do governo Geisel, o pastor Gottschald era frequentemente recebido pelo Presidente, até que sua Igreja passou a criticar aspectos da política sócio-econômica e alguns pastores assumiam a defesa dos posseiros e índios em conflitos de terra. Gottschald, na última metade do governo Geisel, ainda se dava por feliz quando conseguia conversar com o ministro Golbery do Couto e Silva.

ÉS A IGREJA QUE HAVIA DE VIR

Scilla Franco

João tinha batizado a Jesus e reconhecido sua autoridade, pois falou: “Eu é que careço ser batizado por ti, e tu vens a mim?” Ele havia visto o espírito e ouvido a voz. Por que teria ele enviado o discípulo para perguntar: “És tu o que havia de vir ou esperamos outro?” Ele tinha o que poderíamos chamar de evidências espirituais, faltava-lhe a experiência do concreto.

A pergunta: “És tu o Cristo?” não tem para nós hoje o mesmo significado, mas, naquela época, era motivo para largas dissertações e especulações.

O autor de Atos dos Apóstolos chega a afirmar que, na Grécia, não se ocupavam de outra coisa a não ser ouvir e contar novidades.

Vemos várias tentativas dos próprios discípulos para conduzir Jesus à especulação. Certa vez apontaram para um cego e lhe perguntaram: “Quem pecou para que esse nascesse cego?” Outra vez lhe perguntaram: “São muitos os que se salvam?” Também lhe perguntaram: “É agora que vais restaurar o teu reino?” Essas perguntas eram motivos de grandes debates e discussões entre grupos religiosos e até do próprio povo. Porém, em nenhum momento, Jesus alimentou a especulação, antes, chamou-os para a realidade prática da vida. No caso do cego, ele dissipou uma crença, que havia entre os judeus e que ainda hoje existe: pessoas nascem deficientes por motivo de algum pecado, cometido por seus antepassados ou por elas mesmas em suposta vida anterior. Jesus disse: “Nem ele pecou, nem seus pais”, mas isso sucedeu para a glória de Deus”. E imediatamente curou o cego. Saiu da discussão teórica para uma atitude prática. Aos que queriam saber o número dos salvos, ele em outras palavras respondeu: “Se são muitos ou poucos os que se salvam, o que interessa a você se está contado entre eles”? Nem na hora de sua morte ele se prestou à especulação, pois se negou a responder a uma pergunta que era motivo para longa discussão filosófica: “Que é a verdade?”

No texto acima, ele poderia começar pelo Gênesis, passar pelos Profetas, Salmos e através de uma longa genealogia ou de uma carrada de textos, e mostrar que ele era o Cristo que havia de vir. Porém, ficaria tudo no nível da teoria, o que não era de seu feitio.

Por isso, na mesma hora, curou muitas pessoas e mandou que elas fossem contar a João apenas as coisas que viram e ouviram.

Embora seja um tanto especulativo, eu fico tentando aplicar o texto à Igreja e me ponho a pensar que resposta dariam nós, se hoje fossem enviar pessoas a perguntar: “Os que nos enviaram querem saber: É a Igreja que havia de vir ou esperamos outra?”

Quem sabe muitos iriam responder com a Bíblia na mão para provar a sua autenticidade. Outros se apegariam mais às suas raízes históricas e ainda outros a suas linhas teológicas. Quem sabe, até poderiam dizer que operam milagres.

Já vi macumbeiros, feiticeiros, benzedores, pajés índios fazerem tais milagres e não são Igrejas de Cristo.

Para dar uma resposta consciente seria preciso uma análise de nossa realidade e ver como estamos atuando.

Os cegos

Conquanto haja milhares de cegos literais e não pareça ser muito envolvente o trabalho da Igreja com eles, e apesar de que alguns chegam a afirmar que podem curá-los, somos obrigados a confessar nossa impotência diante do problema.

“Todas estas cousas foram referidas a João pelos seus discípulos. E João, chamando dois deles, enviou-os ao Senhor para perguntar: És tu aquele que estava para vir, ou havemos de esperar outros?”

Quando os homens chegaram junto dele disseram: João Batista enviou-nos para te perguntar: És tu aquele que estava para vir, ou esperamos outro?”

Naquela mesma hora curou Jesus a muito de moléstias e flagelos e de espíritos malignos; e deu vista a muitos cegos.

Então Jesus lhes respondeu: Ide, e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados, e aos pobres anuncia-se-lhes o Evangelho. E bem-aventurado é aquele que não achar em mim motivo de tropeço” (Lucas 7. 18-23).

Porém, o número de outros cegos é ainda muito maior. Quantos milhares são analfabetos ou apenas “mobralizados” e, por isso, não podem enxergar a exploração a que são submetidos e têm que viver de migalhas, como os cegos dos tempos de Jesus.

Quantos não estão cegos pela propaganda oficiosa e por isso não podem ver o seu esbulho!

Quantos não estão cegos pela propaganda consumista e se transformam em máquina que sai de casa para produzir e volta para consumir, num processo mecânico o qual não permite que a pessoa seja um ser humano na sua totalidade!

Quantos estão cegos por panacéias religiosas e por isso não reivindicam o seu direito de ver a realidade e lutar por sua libertação!

E o que nós, Igreja, estamos fazendo para que estes cegos literais e figurados possam ver?

Recentemente, houve uma campanha de doação de córneas para que os cegos literais pudessem ver, e não foi nenhuma Igreja que a fez. Conquanto possamos fazer restrições à maneira bombástica com que foi feita, o julgamento só os que receberam as córneas podem fazer e não nós que não precisamos delas. Mas, para outros cegos, que estamos fazendo?

As nossas instituições de ensino estão, na sua maioria, voltadas para a burguesia, para cursos regidamente pagos. E nossos professores são eruditos demais para perderem tempo com analfabetos.

É claro que aqui ou acolá há raras exceções, porém, alfabetização não é nossa prioridade. Às vezes nos vangloriamos de que em nosso gueto religioso não haja analfabetos,

Sidney Waisman



embora muitas vezes nosso vizinho não saiba ler. O que estamos fazendo para a conscientização política de nosso povo para que possa ver, com clareza, o momento histórico que nós vivemos e participar do processo de libertação?

Quantas vezes fugimos do debate e até recomendamos submissão, com medo de perder privilégios ou de ter que pagar o preço?

Para dar vista a um cego, Jesus, certa vez, precisou fazer lodo e passar nos olhos do cego. E nós vivemos com medo de sujar as nossas mãos.

Creio que pouquíssimas igrejas de sã consciência poderiam responder: “Ide e dizei aos que vos enviaram: vistes que os cegos vêem?”

Os coxos

Há muitos coxos literais. Já que não temos o poder de dizer: “Levanta e anda”, temos fornecido algumas cadeiras de roda e muletas. Porém, há outros tantos que não podem caminhar na vida, embora tenham duas pernas muito sãs.

São os milhares de desempregados, os que nunca têm uma oportunidade na vida, os que não têm vez, os marginalizados, por todos os processos.

Sabemos que dos milhares que iniciam na escola primária só uma minoria privilegiada leva a sua caminhada até a universidade. Quantos são os que ficaram à beira da estrada, até por falta de um tapinha nas costas e de um

simples monossílabo “vá”? Quantos não puderam caminhar por causa dos tropeços que lhes pusemos em seus caminhos? Mesmo inconscientemente participamos dessa culpa. Em quantos não atamos fardos pesados que não podiam carregar? Quantos outros não caminharam porque nós deixamos de lhes apontar o caminho?

Será que poderíamos dizer: “Ide e anunciai que os coxos andam”?

Os surdos ouvem

Talvez tenhamos ajudado a comprar um ou outro aparelhinho de surdez para um membro de nossa comunidade. Isso nos tranqüiliza. Porém, quantos estão surdos porque até agora não puderam ouvir a verdade, estão surdos porque não ouviram nada dos seus mais elementares direitos, porque as vozes daqueles que querem anunciar-lhes as novas de libertação são caladas!

Os que pretendem proclamar as verdades são amordaçados e, por isso, eles não podem ser escutados. Quantas vezes são surdos, porque nós, Igreja, falamos numa frequência acima do seu nível de audição e todo o nosso alarido é para eles silencioso. Ou falamos tão distorcido que o som que ouvem é como ruído. Não podem distinguir e, por isso, são surdos. E muitos o são porque estão debaixo de uma poluição sonora que lhes endureceu os tímpanos e já não podem ouvir as boas novas de libertação.

Será que podemos dizer: “Os surdos ouvem”? Ou só estamos falando àqueles, cujos ouvidos estão sintonizados em nosso discurso?

Os leprosos

Conquanto a lepra não tenha hoje, a gravidade dos tempos de Cristo e conquanto o seu tratamento esteja a cargo do Estado, há ainda e, principalmente na região amazônica, grande incidência. Os padres e pastores episcopais que trabalham nesse setor têm grandes restrições, principalmente de ordem financeira. Trata-se caracteristicamente de moléstia de pobres, gerada por todo contexto de miséria que favorece o seu aparecimento. Considere-se que os ricos, mesmo que fiquem doentes, têm recursos para tratamento individual e acesso a medicamento comprado. Pode-se dizer que o problema ainda é grave. Porém, há diversas formas de lepra que corroem a sociedade, para as quais muitas vezes nos tornamos insensíveis. Aliás, um dos sintomas da lepra é a insensibilidade em nossos dias a uma chaga que se chama corrupção. Nós nos acostumamos com ela, e tememos combatê-la. Senão vejamos:

Olhemos para a corrupção política. As leis casuísticas, que se elaboram para manter no poder os que a ele chegaram sem aprovação do povo, ou os que lá não chegariam sem

os demais trambiques. São uma lepra terrível, porque tornam as consciências insensíveis. Acabam aprovando o reprovável e calando as vozes.

Poderia falar ainda dos vícios, dos tóxicos, das propagandas mentirosas e cheias de sutilezas que induzem ao consumismo e ao empobrecimento do povo pelas dependências que criam.

Poderia citar o sexo bestializado, da exploração da mulher como objeto. Sem dúvida, são milhões os que padecem dessa lepra, contra a qual somos tão impotentes quanto para curar hanseníase.

Está aí o tráfico de influência lubrificado por propinas e subserviência.

Recentemente, um prefeito beijou a mão de um certo governador, num servilismo vergonhoso e humilhante, porque conseguiu uma ambulância, o que seria um direito comestível de seus munícipes que para isso pagam elevados impostos.

Vejamos a medicina mercantilizada e caríssima. A ela o pobre não tem acesso. Este é o caldo de cultura que alimenta os curandeiros de todos os naipes, inclusive os religiosos. Os produtos farmacêuticos estão nas mãos das multinacionais, às quais apenas interessa o lucro, num país onde até os enterros andam pela hora da morte. É sem dúvida um tipo de morfêia, que adormece as consciências e faz achar que as coisas devem ser assim mesmo.

Mas existe uma que até certos teólogos têm procurado minimizar em seus efeitos, fogem de tratá-la. Chama-se pecado. É o germe de todas as outras.



É o pecado da omissão, da convivência, da indiferença, da incredulidade. São chagas muitas vezes presentes no seio da própria Igreja. Será que diante disso tudo poderíamos dizer: “Os leprosos são limpos?”

Os mortos são ressuscitados

Esta é sem dúvida a parte do texto que jamais poderíamos tomar literalmente, pois mesmo aqueles que se dizem capazes de realizar maravilhas a isso não se atrevem. Alguns dizem ter operado tal milagre, porém acontece sempre longe da gente, de forma que não podemos comprovar.

Entretanto, se considerarmos o que Cristo disse: “Que veio trazer vida em abundância” e se examinarmos a espécie de vida que vive o povo, concluiremos que há multidões de mortos-vivos à espera de quem os ressuscite.

O operário que não tem a garantia de emprego pode dizer que vive?

Salomão afirmou que “é doce o sono do trabalhador”. Mas como pode dormir tranqüilo, se o pesadelo do desemprego povoa seu sono? Que dizer ao homem que chega à terceira idade? Quando pensa que conseguiu vencer na vida, ao invés de almejar uma promoção, teme ser promovido, porque pode perder o emprego e jamais conseguir outro no mesmo padrão, isto quando consegue. E os que tomaram em sua mão o poder, tratam disso com cinismo, chamando-o, eufemisticamente, de rotação de mão-de-obra.

Será que vive o trabalhador sem terra?

Aquele que chega a pagar cinquenta por cento pelo arrendamento, e que não tem acesso a financiamento? Vivem aqueles que são despejados para dar lugar a multinacionais? aqueles que têm de dar lugar aos bois que só os ricos comem? os bóias-frias que, na praça de recrutamento, são escolhidos pelo seu físico e força como animais de carga? Sua garantia de trabalho não vai além de oito horas, e isso, se for produtivo e se não desagradar ao atravessador da mão-de-obra.

Será que esses estão vivendo?

E as milhares de crianças sem leite? Mesmo o aguado leite comum, do qual se retirou toda gordura para fazer guloseimas que só os ricos podem comprar.

Poderia seguir enumerando, porém seria falar do óbvio, porque, em termos de vida abundante, são poucos os que vivem. E mesmo os que julgam viver, estão tendo vida de segunda classe, respirando o ar poluído, bebendo água contaminada, comendo alimentos insanos. E paira sobre suas cabeças a ameaça de uma hecatombe atômica.

Será que poderíamos dizer: “Os mortos são ressuscitados?”

Finalmente, Jesus disse:

“O Evangelho é pregado aos pobres”

Aqui caberiam duas considerações: 1) Qual é a boa notícia que estamos levando? 2) A quem?

O nosso pobre evangelho tem sido mutilado de muitas formas. Há os que dele fizeram uma religião verticalista, desvinculada da realidade, tremendamente alienante, que não têm uma só palavra para o homem enquanto vivo. É o evangelho necrólatra, que mantém o homem duplamente escravo e o ensina a se conformar com sua escravidão.

Outros fizeram dele uma filosofia existencialista, tirando-lhe todo o seu caráter espiritual, tratando o homem apenas como um animal evoluído, que há de perecer; o único sentido que acham para a vida é perpetuar a espécie como qualquer outro animal do campo. Por isso, são insensíveis a qualquer manifestação que não seja a da carne, e incapazes de sensibilizar-se com as coisas do espírito.

Porém, o Evangelho, vivido e pregado por Cristo, era capaz de um profundo recolhimento espiritual, de “vigiar e orar”, de “jejua por quarenta dias”, e também de manobrar um chicote, e expulsar os vendilhões do templo, repreender os poderosos e pagar essa ousadia com a “morte de cruz”.

Desse Evangelho total se fala pouco, se vive menos ainda. Do que se fala muito é do evangelho triunfalista, que tem Belém mas não tem Gólgota.

E a quem é pregado o Evangelho? Se olharmos para dentro das Igrejas tradicionais, não precisaremos de muito esforço para ver que lá não estão os pobres, e que nada lhes é endereçado, a principiá-la pela arquitetura.

Muitos vão às favelas e fazem delas objeto de pregação. Nem sempre o esforço é no sentido de libertar a favela e lutar por ela, mas deseja-se tirar de lá alguns que aceitem as nossas condições, o que genericamente chamamos de “aceitar a Jesus”.

Algumas Igrejas, enquanto são ainda um movimento, arrebanham os pobres, na medida em que se institucionalizam, vão-se aburguesando e o povo perde a vez. Pois, o poder fica na mão de uma elite dominante, cuja única ligação com o povo é através da exploração do seu óbolo. Por essa razão, temo que nem pudéssemos dizer aos que nos fossem enviados “o Evangelho é pregado aos pobres”.

Finalmente, Jesus: “Ide, dizei a João o que ouvís e vedes.” Nada de teorias, relatórios e documentos bem formulados! Eles deviam narrar apenas as coisas que presenciaram. Será que as coisas que estão acontecendo em nossas Igrejas são suficientes para dizer: “Nós somos a Igreja de Cristo que havia de vir? Pois, temos abertos os olhos aos cegos, feito andar os coxos, purificados os leprosos, ressuscitado os mortos, pregado o Evangelho aos pobres e jamais escandalizado a Cristo?”

O Povo da Nicarágua AMEAÇADO

O povo da Nicarágua avança no caminho da reconstrução do seu país. Porém, as dificuldades aumentam. São dificuldades inerentes, por uma parte, a todo processo revolucionário e, por outra, de toda uma campanha de difamação e calúnias, montada a partir do exterior. Nos atuais momentos em que o povo da Nicarágua está sendo ameaçado seriamente pela Administração Reagan, os países irmãos da América Latina devem assumir uma consciência clara da situação crítica que o país está atravessando, para reafirmar e intensificar a solidariedade para com esse povo. Apesar de já terem decorrido três anos da vitória, pode-se declarar que a novidade da Revolução Sandinista continua sendo a “boa notícia” para todos os povos que vivem a esperança de seu próprio amanhecer. À medida em que se consolida o processo revolucionário nas suas bases populares, cresce a agressão externa, porque os Estados Unidos sabem que a Nicarágua é um “mau exemplo” para todos os povos da América Latina e por conseguinte, sob essa perspectiva, é necessário retirar sua legitimidade e destruí-lo.

Entretanto, para os que vêm de perto, com seus próprios olhos, como se desenvolve esse processo, fica claro o contraste com o que se ouve e se lê na imprensa internacional. É importante que não se fechem os olhos para as evidências dos fatos que ocorrem na Nicarágua.

Não se nega, porém, que possam existir desacertos e equívocos no processo revolucionário, muitas vezes ocasionados pela inexperiência e pela falta de quadros da equipe dirigente. Seria, porém, uma miopia política não verificar os excelentes resultados do processo e, sobretudo, o caminho francamente aberto para a construção de uma nova sociedade justa, igualitária e fraterna. Eis aqui algumas dessas conquistas:

1) A Cruzada de Alfabetização reduziu a apenas doze por cento o índice de analfabetismo. Os setores pobres da população começam a ser atores de seu próprio destino. Mais de trinta mil equipes de educação popular continuam o programa de educação, tornando-se verdade a afirmação de que “só o povo educa ao povo”.

2) No campo da saúde podemos assinalar que mil e quatrocentos técnicos foram formados em oito especialidades diferentes. Reduziu-se em setenta e cinco por cento a mortalidade hospitalar por diarreias, sepultando-se para sempre o mito de que essa é a única causa invencível da mortalidade infantil. Dois mil e cinqüenta e quatro novos estudantes de medicina prepararam-se para assistir as doenças de que padece nosso povo. Cento e oitenta e cinco postos de saúde e cinco hospitais estarão concluídos no primeiro trimestre de 1983. Entre os setores sociais básicos que têm sido atendidos, prioritariamente, mencionam-se os operários e camponeses, sujeitos fundamentais da reativação econômica, as mães e as crianças, fundamentos do futuro da sociedade. Igualmente, se consolida a participação popular, através dos organismos de massa, na gestão dos serviços de saúde e tem-se dado atenção especial à medicina primária, por meio de ações preventivas, principalmente nos serviços de imunização, construção de latrinas, controle pré-natal, assistência às crianças desnutridas e combate sistemático à malária, à tuberculose e às diarreias.

Somente em um ano, o orçamento para a saúde passou de um bilhão e quatorze milhões de córdobas, em 1980, para um bilhão, cento e oitenta e três milhões de córdobas no presente ano. As estatísticas indicam que o “somo-zismo” não inverteu nenhum centavo em construções hospitalares no seu melhor ano, em 1977, enquanto a Revolução Sandinista investiu duzentos e

treze milhões, cento e cinqüenta e três mil córdobas somente em 1981.

3) O Banco Popular, através do programa que atende e dá prosseguimento aos pequenos industriais e às cooperativas de produção, tem efetuado empréstimos num montante até de vinte milhões de córdobas. Com estes financiamentos favoreceram-se vinte cooperativas. Esses empréstimos possibilitam a abertura de centros de trabalho que asseguram o sustento de mais de mil chefes de família.

4) No campo da habitação entregam-se títulos de propriedade à população dos bairros marginais e do campo. Há, entretanto, muito a resolver nesse setor, que foi agravado pelo terremoto e pelas recentes inundações.

5) Tem-se incrementado notavelmente a cultura popular. A alegria do povo manifesta-se em todas as expressões de arte e artesanato que dão à Revolução um colorido permanente.

O povo realmene se está organizando. Pouco a pouco aqueles que ainda se amparam no sistema de economia mista para explorar o povo vão sendo rechaçados. Na Nicarágua há lugar para todos os que querem reconstruir o país em função das maiorias pobres.

Não se nega, entretanto, que existam limitações e problemas. Estes se explicam pela precária economia que herdamos e pelas dificuldades que são acrescidas pelo boicote econômico. Outras limitações dependem de outras causas que, até o momento, não podem ser resolvidas. É, por exemplo, o caso dos índios Miskitos, da Costa Atlântica. Além de se terem cometido certos equívocos nesse caso, constata-se a ocorrência nessa zona de uma situação realmente difícil para a Revolução Sandinista. Os Estados Unidos sabem muito bem que esse ponto é nosso calcanhar de Aquiles e por isso

escolheram esse lugar para armar os indígenas, induzindo-os e incorporando-os aos grupos contra-revolucionários. A decisão do Governo Sandinista de transferir os indígenas para outra região, tem sido uma decisão bem consciente e imposta pelas circunstâncias. Certamente essa decisão não teria sido tomada, se não houvesse treinamento militar em Miami dos ex-guardas somozistas e se a fronteira com Honduras não fosse liberada para as ações contra-revolucionárias, que encontram apoio e retaguarda no próprio território hondurenho. Hoje, apesar do estado de guerra existente na região, os miskitos gozam de melhorias e atendimentos que jamais conheceram na época somozista.



Um Comitê de Defesa Sandinista

Atualmente o país enfrenta dois problemas fundamentais: a economia e a defesa. A crise econômica que vive a Nicarágua é um reflexo da situação mundial, agravada pelos baixos preços que se pagam no mercado internacional aos seus produtos de exportação, e também pelo alto custo dos insumos e da maquinaria de que necessitam para aumentar sua produção.

Por outro lado, a defesa do país ocupa um lugar prioritário, porque ninguém ignora que existe um plano do governo dos Estados Unidos para destruir a Revolução nicaraguense. O poder dos Estados Unidos está evidentemente por trás dos grupos anti-revolucionários. A Nicarágua repetidamente tem levado seu protesto aos mais altos focos internacionais contra essas ameaças e tem manifestado claramente o seu desejo de paz e de diálogo com todos os governos interessados na região. A única resposta que se obtém é um imenso silêncio e uma série de acusações que procuram responsabilizar a Revolução sandinista de ser inimiga do equilíbrio da América Central.

A agressão também se sente no campo religioso. Efetua-se através de uma estratégia inteligente por parte daqueles que não foram capazes de conquistar o povo, politicamente. Os que levam a luta política para a arena religiosa não o têm feito porque sejam fiéis cristãos ou porque lhes interessa a prática da fé, senão porque obedecem a planejamentos bem sutis dos que manejam os fios invisíveis da contra-revolução. O objetivo do Imperialismo é separar os cristãos da Revolução. Ele sabe muito



Cruzada de Alfabetização

bem que os cristãos latino-americanos são uma força social invencível para a necessária revolução de todo o Continente. Na Nicarágua, mesmo havendo algumas vezes um mau entendimento da questão religiosa, pode-se assegurar uma firme vontade de conservar a originalidade da participação cristã no processo revolucionário. Como diziam os Bispos na sua Carta Pastoral de 17 de novembro de 1979, o "processo revolucionário é a ocasião propícia para fazer efetiva e concreta a opção pelos pobres". É uma oportunidade histórica muito grande, porque se na Nicarágua os cristãos permanecem unidos, colaborando criticamente como fermento no interior do processo revolucionário, se desfará para sempre a idéia de que a religião é o ópio dos povos e a fé, então, servirá de incentivo para que toda a América Latina se liberte um dia de todas as ataduras que a oprimem. Seremos po-

vos livres que construiremos juntos a nossa sociedade conservando intacta a riqueza da fé.

Nos momentos atuais que vive a Nicarágua, faz-se imperativa uma ação solidária de todos os povos latino-americanos e de forma muito particular dos grupos de Igreja. Há, na Nicarágua, uma forte manipulação religiosa que busca seqüestrar os símbolos religiosos do povo e que abertamente procura desqualificar os cristãos comprometidos com o processo revolucionário, considerando-se como "seitas", em rebelião aberta contra a Hierarquia. A verdade é precisamente o contrário. Há bispos que têm montado sua pastoral na perspectiva revolucionária e somente o Arcebispo da Nicarágua discorda dessa perspectiva e é apontado como se representasse a posição de toda a Igreja. A agressão que sofre a Nicarágua hoje é real. Há ações concretas tendentes a desestabilizar o processo, e uma falsa e caluniosa campanha de imprensa prepara a opinião pública para aceitar esse fato. Não devemos cair nessa armadilha. Hoje, mais do que nunca, devemos levantar uma poderosa voz de protesto para que a Administração Reagan detenha sua manobra intervencionista. Está em perigo a paz de toda a região e a Nicarágua tem o direito, por sua legítima luta e por sua vitória, de reconstruir em paz seu futuro e seu destino.

O Padre Uriel Molina Uliú é Secretário Geral do Centro Ecumênico Antonio Valdivieso em Manágua. Foi um dos cristãos mais envolvidos no processo nicaraguense e tem sido um dos elementos mais importantes na colaboração das Igrejas Cristãs com a Frente Sandinista.

ALGUMAS IDÉIAS SOBRE A REVOLUÇÃO NICARAGÜENSE

Com bastante acerto poderíamos dizer que vive-se hoje no mundo uma crise de ideologias e de modelos econômicos. De um lado o capitalismo que conduziu a sistemas onde predominam desde fenômenos como recessão, desemprego, inflação, consumismo e alienação até as mais brutais formas de opressão, exploração e aniquilamento humano. De outro lado um tipo de socialismo que não foi capaz de satisfazer os anseios da classe trabalhadora e que é obrigado a utilizar formas autoritárias de poder contra esta mesma classe, a qual justamente lhe deveria servir de apoio em cuja defesa deveria ter sido instituído.

Compreende-se daí o interesse por países onde se está à procura de sistemas ou modelos alternativos. Isto talvez explique a curiosidade do mundo pelo movimento do Solidariedade na Polônia, assim como aparentemente é um dos fatores que justifica o interesse pelo que ocorre nos dias de hoje na Nicarágua.

A revolução sandinista no entanto, ao menos no seu estágio atual, ainda não tem grande contribuição a dar em termos de um modelo ou sistema alternativo. O que encontramos é muito mais uma mistura de duas tendências. De um lado o capitalismo, persistindo a iniciativa privada e as leis de livre mercado, e, do outro lado, a tendência a um socialismo bastante ortodoxo, isto é, um socialismo centralizado em um único partido (no caso a Frente Sandinista de Libertação Nacional ou FSLN) que serve de espinha dorsal para a vida econômica e principalmente para a vida política e social do país. Estas duas formas evidentemente são antagônicas, e a sua coexistência a longo prazo, é difícil. Vive-se na Nicarágua de hoje uma fase de transição, em que o rumo a ser tomado ainda não foi bem definido.

A vitória da primeira tendência levaria, no melhor dos casos, a uma social-democracia, a uma economia de mercado ou capitalismo talvez atenuado por uma legislação com preocupações sociais. O modelo seria talvez o sistema mexicano ou costarricense. Evidentemente existem também pressões externas no sentido da revolução nicaragüense se encaminhar nesta direção. Esta pressão externa deve-se principalmente ao apoio bastante grande que a Nicarágua recebe hoje por parte das social-democracias européias, apoio este que obviamente também resulta em compromissos.

É claro que existem setores da sociedade nicaragüense, principalmente da burguesia e classe média, que hoje fazem uma oposição direta, frontal contra a Nicarágua, pretendendo restaurar, talvez não o somozismo, pois este já está morto, mas, um governo de direita. Em linhas

gerais estes setores se expressam por três canais. Por um lado a "Coordinadora Democrática" que agrega uma série de pequenos partidos de caráter conservador, o COSEP (Conselho Superior da Empresa Privada) que representa diretamente os interesses patronais e duas agremiações sindicais. Quanto a estas últimas, paira uma séria dúvida acerca da sua representatividade, isto é, até que ponto estas realmente representam os interesses da classe trabalhadora. No mínimo é estranho que estejam juntos com o COSEP que obviamente representa os interesses dos empresários. Embora não pertença à "Coordinadora Democrática", deveria incluir-se aqui também a CONAPRO (Confederação de Associações Profissionais da Nicarágua) que representa alguns setores da classe média e profissionais liberais.

Por outro a alta hierarquia da Igreja Católica liderada pelo arcebispo Miguel Obando y Bravo que, às vezes mais e às vezes menos veladamente, fazem uma crítica ao governo da Nicarágua inspirados por supostos sentimentos cristãos.

Finalmente caberia citar o jornal La Prensa, hoje provavelmente o mais vendido no país, e que de uma maneira cínica e extremamente hipócrita, dizendo-se arauto da liberdade e explorando habilmente a religiosidade tradicional do povo, faz uma constante e cerrada oposição contra o governo.

Externamente estes setores recebem um forte apoio, seja direta ou indiretamente, por parte da administração Reagan que faz hoje uma campanha agressiva e ameaçadora contra a Nicarágua, criando uma série de dificuldades de ordem econômica, política e militar.

Com respeito à segunda tendência relativa a formas ortodoxas de socialismo, podemos dizer que a sua vitória levaria à adoção de um modelo que poderia aproximar-se bastante do modelo cubano. Nos parágrafos seguintes quero apresentar alguns fatores que poderiam obrigar a revolução sandinista a se encaminhar neste sentido. Antes, no entanto, convém explicar que sob socialismo ortodoxo entendo um sistema que talvez mais propriamente deveria ser chamado socialismo centralista (alguns textos também se referem, embora com uma certa conotação pejorativa, ao socialismo burocrático). De maneira simplificada e extremamente sucinta poderíamos dizer, que trata-se de um modelo que acabando com a propriedade privada dos meios de produção, apóia-se em uma rígida estrutura de um único partido de onde saem os quadros e funcionários responsáveis por toda a administração do país. Trata-se de um socialismo verticalizado, com uma forte hierarquia e

uma estrutura de Estado bastante autoritária. Cabe lembrar, no entanto, que o socialismo centralista pode dar origem a governos bastante distintos, na medida em que o partido que rege a vida do país esteja mais ou menos identificado com os anseios da população, pois a estruturação do partido, por si só, não garante esta identificação. Em Cuba teríamos um exemplo de um partido mais identificado e na Polônia um exemplo extremo de partido não identificado com as massas.

Em contraposição à idéia de socialismo ortodoxo caberia talvez tentar definir o que poderia ser uma nova forma de socialismo. Novo talvez fosse um tipo de socialismo que, acabando com a propriedade privada dos meios de produção, criasse uma estrutura descentralizada, permitindo a participação efetiva e direta da população (e não indireta, através do partido único), um regime realmente de baixo para cima. Algo que talvez se aproximasse do socialismo autogestionário definido por alguns setores do movimento Solidariedade na Polônia, algo que talvez aproveitasse algumas idéias do modelo iugoslavo. De qualquer maneira, por se tratar de algo novo, ainda em estado embrionário, é impossível uma maior precisão, uma definição mais exata, existindo deficiências e incertezas, tanto a nível teórico como a nível de experiência prática acerca do que deveriam ser estas novas formas de socialismo. Estas dúvidas e incertezas são justamente uma primeira e forte justificativa para que a revolução sandinista não se encaminhe por estes rumos.

Não cabe portanto criticar a revolução nicaragüense por não estar tentando novas formas de socialismo. Não cabe criticar um país pobre de recursos (sem petróleo, pouca quantidade de minérios), pequeno em território e em população (aproximadamente 130.000 quilômetros quadrados e 2.700.000 habitantes) e além disso com pequena densidade populacional, com pouca infra-estrutura, somente um pequeno número de indústrias e portanto altamente dependente de importações, com uma agricultura centrada em alguns produtos de exportação (algodão, café, açúcar e carne) e alguns produtos de consumo interno (milho, sorgo, arroz e feijão), não auto-suficiente em termos de produtos de consumo básico. Como dizia, não cabe criticar um país pobre e dependente economicamente, e, ainda mais, cercado de inimigos (Honduras, El Salvador e Guatemala), ameaçado constantemente por uma nação poderosa como os EUA, por não fazer as experiências, algumas delas talvez meras fantasias e utopias, que gostaríamos que fossem feitas. A revolução sandinista não deve ser meramente palco para uma nova experiência, e que, como toda experiência, corre o risco de não dar certo. A revolução sandinista deve, antes de mais nada, mostrar-se viável. Ela tem a obrigação primeira de mostrar que o sangue de seus mártires e de milhares de heróis anônimos não foi derramado em vão. Seu compromisso fundamental não é em alimentar fantasias e utopias de intelectuais e sim em alimentar a massa de sua população, em lhe dar saúde, educação, moradia e vestimenta.

Ora, existe, não muito distante da Nicarágua, um país, em um contexto geográfico, social e econômico não muito distinto, que conseguiu, de uma forma geral, resolver estes problemas básicos. Refiro-me obviamente a Cuba. Talvez

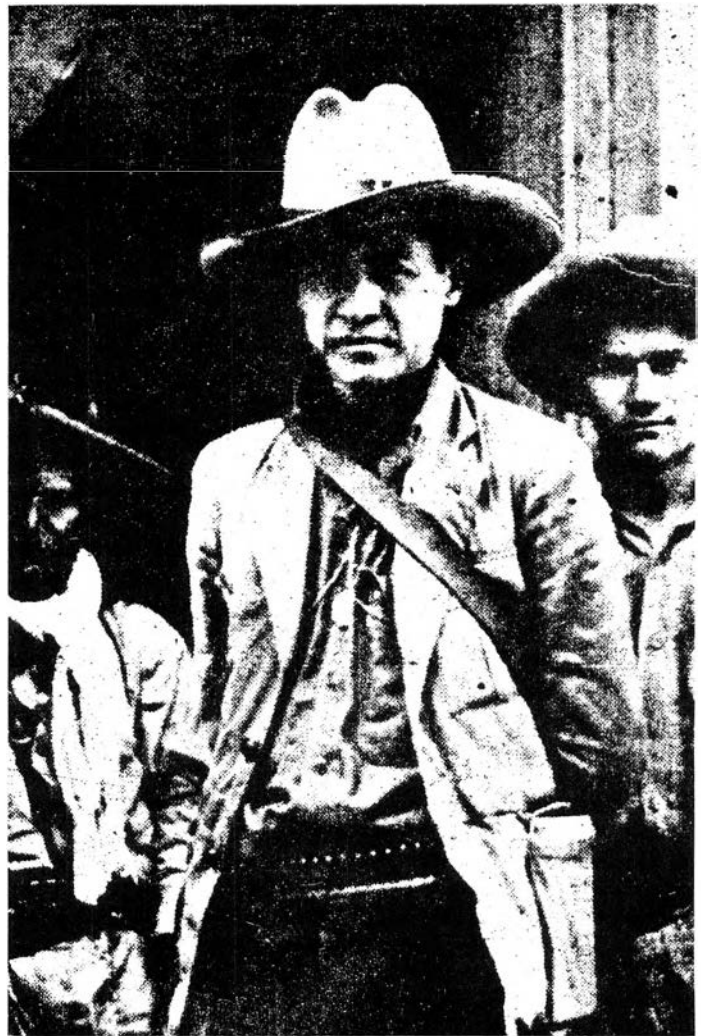
para conseguir isto se tenha sacrificado um pouco da liberdade individual, talvez a participação das massas que pudesse ter sido maior e principalmente mais direta, talvez tudo isto pudesse ter sido feito com uma estrutura de estado menos autoritária, menos hierarquizada, menos vertical, centralizada e burocrática. Talvez, mas isto são tudo conjecturas, hipóteses não comprovadas. Cabe lembrar as condições que Cuba enfrentou: bloqueio, ameaça de invasão, intervenção militar direta, pressão econômica, contra-revolução. Nestas condições não haveria maneira de permitir uma crítica livre e aberta, brecha que seria logo aproveitada pela contra-revolução para semear a desordem e o caos. Como permitir num estado de emergência, ou melhor, virtualmente um estado de guerra, como ainda hoje vive Cuba e como também hoje vive Nicarágua, ameaçada de todos os lados pelos urros furiosos do tigre ferido, como permitir, nestas condições, o pluralismo partidário, a livre presença da oposição que evidentemente cedo se tornaria quinta coluna?

Um estado de emergência, um estado de guerra, requer, antes de mais nada, decisões rápidas, imediatas, uma ação coordenada, conjunta, requer união, soma de esforços. E por experiência própria do nosso dia a dia, sabemos que uma discussão excessivamente livre e aberta, representa um processo de decisão, por mais perfeito que seja, moroso e lento, bom para épocas de paz e bonança, impossível em situações de emergência. Por outro lado, ação coordenada, conjunta, união e soma de esforços são muitas vezes mais bem conseguidos através de um comando único, através de uma estrutura centralizada, hierárquica. Qualquer militar poderia justificar melhor estas idéias, e cabe lembrar que as forças armadas são entidades, por excelência, destinadas a atuar em situações de emergência. E num regime popular e socialista autêntico o exército é o povo e, pelo menos em situações críticas, o povo precisa atuar como um exército. Para quem prefere ficar na área civil, basta lembrar que em qualquer navio, onde também se está sujeito a instabilidade, a situações de emergência, a estrutura de poder e de tomada de decisões é extremamente centralizada, hierárquica e vertical.

Resumindo os dois parágrafos anteriores, cabe dizer que um país, num estado de emergência, atravessando um período de instabilidade, ameaçado por todos os lados econômica e militarmente, não pode, de um lado, correr o risco de fazer novas experiências que podem não funcionar e, por outro lado, dificilmente sobreviverá fora de uma estrutura centralizada, vertical e hierárquica. Assim foi com Cuba que ao fazer a opção por um modelo marxista-leninista talvez um tanto ortodoxo, teve à sua disposição todo um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos, toda uma gama de experiências acumuladas pelas diversas revoluções socialistas. E este pode ser também o caminho a ser seguido pela revolução sandinista, num futuro talvez ainda distante, se as ameaças, pressões econômicas e militares não cessarem. Cabe lembrar que toda a experiência, os conhecimentos acumulados por Cuba, representam fatores extremamente valiosos dada a proximidade e o contexto semelhante, em que se situa hoje a revolução sandinista.

Um outro argumento forte que dificulta, por parte de Nicarágua, a adoção de novas formas de socialismo, é a bipolaridade do mundo atual, dividido em áreas de influência das duas grandes potências EUA e URSS, a primeira defensora do modelo capitalista e a segunda em grande parte responsável pela adoção do modelo socialista centralista. E evidentemente neste mundo bipolarizado torna-se extremamente difícil ficar neutro, principalmente quando se está ameaçado por uma destas grandes potências. Não pode hoje haver a menor dúvida de que o governo atual dos EUA está tentando desestabilizar a revolução nicaraguense (leiam-se declarações de Reagan, Haig, Kirkpatrick, etc...) como já tentaram e conseguiram desestabilizar em épocas passadas. Chile, Guatemala e a própria Nicarágua (talvez se devesse incluir também o Brasil). Seja fortalecendo países fronteiriços da Nicarágua, como Honduras, e que não são simpáticos à revolução sandinista, seja fornecendo armas e munições e treinando militarmente setores contra-revolucionários, o que representa, além da ameaça direta e imediata, uma ameaça mediata e a longo prazo, por obrigar o regime revolucionário a manter um extenso aparato militar e de segurança que representa uma carga econômica pesada para uma economia tão pouco desenvolvida como a da Nicarágua. Seja através de pressões econômicas (por exemplo, cortando créditos) ou apoiando internamente setores que se opõem à revolução sandinista ou até através de uma guerra psicológica e propagandística de calúnias e infâmias que visa desgastar o perfil da revolução sandinista com a finalidade de isolá-la e retirar-lhe o apoio por parte de outros países. Face a estas ameaças e pressões pelos EUA e que tornam necessário o apoio político, econômico e principalmente militar, num mundo bipolarizado como o nosso, não existe outra alternativa que não buscar este apoio do outro lado (só há dois!), por mais desagradáveis que sejam os compromissos desta forma assumidos e que implicam obviamente um direcionamento da revolução da Nicarágua (o recebimento de caminhões, armamentos, treinamento e assessoria militar por parte dos países socialistas, os mestres cubanos, os livros e bolsas de estudos fornecidos pela URSS implicam obviamente em compromissos, embora muitas vezes formulados de forma implícita e velada, da mesma forma que significa compromisso a ajuda econômica prestada pelas social-democracias).

Cabe lembrar que as social-democracias apesar do generoso apoio que têm oferecido à Nicarágua, pouco ou quase nada têm feito para atender a uma das necessidades mais básicas do governo revolucionário, qual seja, o apoio militar, a defesa ou segurança do país. A ajuda destes países vem na maioria das vezes vinculada a projetos ou setores específicos como, por exemplo, educação, saúde, agricultura ou produção industrial. Pela primeira vez, faz pouco tempo, o governo de Mitterrand fez um ainda muito débil esforço para enviar algum armamento para Nicarágua. Trata-se, no entanto, de uma tentativa muito incipiente para que seja digna de maior relevância. Afinal de contas, cabe não esquecer que as social-democracias são aliadas dos EUA (por exemplo, na OTAN) e estão vinculadas a este país por uma série de interesses e obrigações.



Cadernos do Terceiro Mundo

Portanto àqueles que criticam a revolução sandinista exigindo mais liberdades individuais, mais espaço para a oposição, mais pluralismo partidário, menos militarismo, menos armamento, uma estrutura mais aberta, menos propaganda e palavras de ordem, sem relativizarem esta crítica, no sentido de procurarem as causas para este estado de coisas, não é possível deixar de suspeitar que, atrás desta crítica, escondem, na verdade, a intenção de debilitar e assim ajudar a desestabilizar a revolução sandinista. Pois, esta situação, é mera consequência de causas que devem ser procuradas na agressividade, na dominação econômica, política e militar, na posição hegemônica dos EUA dentro da América Latina. As causas estão no imperialismo norte-americano, e quem, de boa fé, deseja realmente uma Nicarágua livre, democrática, pluralista, pacifista, com toda sorte de liberdades individuais e o livre exercício das oposições, deve, antes de mais nada, combater este imperialismo. Só quando este deixar de exercer pressão e domínio sobre a Nicarágua é que será lícito cobrar deste país mais neutralidade, menos alinhamento.

Cabe no entanto lembrar que o imperialismo é a própria essência do capitalismo norte-americano e que este dificilmente poderia sobreviver sem aquele. O que pode ocorrer, sim, é que sua maior debilidade o torne menos agressivo. Seria no entanto ilusão pensar que os EUA

deixarão a Nicarágua definitivamente em paz, pelo menos nos próximos tempos.

Tentando fazer uma síntese e procurando prever o desenvolvimento futuro da Nicarágua, com todos os riscos e incertezas que isto significa, principalmente devido a mudanças radicais possíveis no cenário internacional (crises econômicas, conflitos, estratégia de alianças, etc...), parece seguro dizer que vai ser necessária uma opção entre as duas tendências capitalista e socialista atualmente presentes na Nicarágua. Tudo faz crer, principalmente pelos compromissos já assumidos com a população, que a tendência vencedora será o socialismo. O conteúdo ideológico dos pronunciamentos dos dirigentes do governo revolucionário são um forte argumento para esta suposição. Evidentemente nada impede que a iniciativa privada continue existindo num regime socialista, o que na prática ocorre, em maior ou menor grau, em todos os países que adotam este sistema. Acontece que a importância dos setores vinculados à livre iniciativa é secundária, restringindo-se na maioria das vezes ao pequeno comércio e indústria, à pequena propriedade rural, etc...

Por outro lado, não acredito, pelos motivos já descritos, que alguma forma radicalmente nova de socialismo vá se desenvolver na Nicarágua, se persistirem ou se intensificarem as pressões contra-revolucionárias tanto externa como internamente. Quão rápido, quão radical e ortodoxa vai ser esta socialização, vai fundamentalmente depender da política mais ou menos agressiva dos EUA, da maior ou menor oposição que as forças reacionárias e contra-revolucionárias exercerão sobre a revolução sandinista. Dependerá também do maior ou menor apoio que o governo revolucionário da Nicarágua receberá dos regimes progressistas, não comprometidos com o imperialismo norte-americano, o maior ou menor apoio recebido por parte das social-democracias.

Existem na Nicarágua de hoje alguns elementos que podem levar o país a trilhar caminhos alternativos, principalmente no que tange ao tempo econômico. Primeiramente cabe mencionar que na agricultura se está dando uma ênfase muito grande à formação de cooperativas que, segundo os planos, deverão ocupar quarenta a cinquenta por cento das terras cultiváveis. A fazenda estatal, denominada APP (Área de Propriedade do Povo) deverá ocupar somente vinte por cento das terras. Como elemento de comparação cabe lembrar que em Cuba, na agricultura, a ênfase foi dada à empresa estatal. Obviamente na configuração destas situações pesam uma série de fatores históricos, cuja menção ocuparia aqui espaço excessivo. Cabe no entanto lembrar que o maior ou menor peso da empresa estatal pode ter uma influência bastante grande no caráter mais ou menos centralista do sistema.

Por outro lado, atualmente na Nicarágua, se está promovendo bastante a idéia de economia mista. Um recente decreto do governo, incentivando as exportações, representa um estímulo ao setor privado. Pretende-se, ao menos a curto e médio prazo, que este continue coexistindo com a empresa estatal que obviamente predomina nos setores estratégicos como bancos, transportes, exportação, comercialização e distribuição de

grãos, etc... Razão para este fato é evidentemente também a inexistência no país de recursos econômicos, potencial administrativo e gerencial que substitua a iniciativa privada.

O maior ou menor sucesso da economia mista na Nicarágua vai, em grande parte, depender da cooperação do setor privado com o processo revolucionário, principalmente garantindo níveis crescentes de produção e produtividade, o que é fundamental para a estabilidade econômica do país. Neste sentido, cabe lembrar que um elemento importante para que exista esta cooperação é o empresariado sentir que o processo revolucionário é irreversível. Não podendo derrotar a revolução, nada mais lhes restaria do que aderir. As atividades contra-revolucionárias, mantendo acesa, junto a setores reacionários, a esperança ou ilusão de uma derrota da revolução, podem assim contribuir para inviabilizar a idéia de economia mista, e levar a uma radicalização do processo.

Para concluir, cabe lembrar àqueles que realmente de boa fé criticam o socialismo ortodoxo ou centralista, que mesmo se a Nicarágua, forçada pelas circunstâncias, encaminhar-se nesta direção, existe um consolo, algo que não convém esquecer: é que a luta de classes, a luta entre explorados e exploradores, entre dominantes e dominados não se encerra com este socialismo ortodoxo, que é somente uma etapa a mais dentro da longa história de luta de classes. A dominação exercida pelos senhores no feudalismo, pela burguesia no capitalismo, passa a ser exercida pela burocracia, pela cúpula partidária, pelos funcionários no socialismo centralista. Quais as contradições que levarão à derrota desta nova estrutura dominante, como deverá ser levada a luta contra ela, qual o sistema que surgirá a partir desta luta, tudo isto é um capítulo novo a ser escrito na história da luta de classes. Impossível teria sido para Marx no seu tempo prever todas estas novas formas de luta. Talvez há que ser mais radical na aplicação do método dialético. Possível é somente prever uma ou algumas etapas adiante no processo histórico. Impossível prever todas. De qualquer maneira cabe não esquecer que cada etapa representa um avanço em relação à precedente, no que diz respeito ao desenvolvimento do processo histórico.

Cabe aos estudiosos, aos intelectuais e cientistas de todo o mundo, fazer um estudo mais profundo sobre as novas etapas a serem percorridas por este processo histórico. O incidente com a Polônia que acaba de ocorrer talvez seja um grito de alerta com relação à urgência com que devemos pensar sobre estes pontos.

Claudio Thomás Bornstein é engenheiro formado pela PUC-RJ. Fez doutorado no Instituto de Matemática da Universidade de Munique (República Federal da Alemanha). Desde 1976 é Professor Adjunto da COPPE-UFRJ. Trabalha com modelos de Planejamento Agrícola. Entre novembro de 1981 e fevereiro de 1982 esteve na Nicarágua. Deu um curso de um mês sobre Modelos Matemáticos em Planejamento Agrícola na Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua. Ainda na Nicarágua participou (dezembro de 1981) do I Encontro Continental de Reforma Agrária e Movimentos Camponeses. Em dezembro será editado, pela Brasiliense, coleção Tudo é História, seu livro "Reforma Agrária na Nicarágua".

DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE REPRESENTANTES DO POVO INDÍGENA DO BRASIL

à Conferência sobre o Controle dos Recursos Naturais e o Desafio das Empresas Multinacionais: os Direitos dos Aborígenes numa Perspectiva Internacional

O povo indígena do Brasil deseja manifestar sua solidariedade com seus irmãos da Guatemala, da Nicarágua, do Canadá e de outros países, face às opressões e massacres de que têm sido vítimas e face à situação em que se encontram, e condenar publicamente os fatos que vêm ocorrendo. Ao mesmo tempo, desejamos informar os demais povos indígenas presentes a esta Conferência em Washington sobre alguns dos principais problemas provocados no Brasil pelas multinacionais e pelo próprio governo brasileiro. Denunciamos:

1. a construção da estrada Cuiabá-Porto Velho, financiada pelo Banco Mundial, que cortará o território dos índios Nambiquara;

2. a invasão do território Satere-Mawé, no Estado do Amazonas, pela empresa de petróleo French Elf Aquitania, que destruiu grande parte dos recursos florestais, de caça e de pesca desse povo, bem como sua cultura tradicional;

3. a implantação do programa do Pró-Álcool no Nordeste brasileiro, que afetará vários grupos indígenas, entre os quais os Wacu, os Tinguibotó, os Xocó-Cariri e os Xucurú-Cariri, que terão suas terras destruídas pelas plantações de cana-de-açúcar;

4. a invasão das terras dos Kaingang, no Estado do Paraná, no Sul do Brasil, pela empresa Slaver and Son,

5. o não reconhecimento das terras dos Yanomami e as constantes ameaças de políticos, tanto do governo quanto da oposição, de reabrir as terras à mineração, como recurso para obter votos nas próximas eleições de 15 de novembro.

6. a absurda remoção do povo Pataxó, do Nordeste do Brasil, para terras de qualidade inferior, onde não possuem reservas de alimentos. As mães e as crianças serão os maiores prejudicados. E tudo isso se realizou em benefício de alguns grandes proprietários de terra, sob a proteção de políticos voltados para as próximas eleições. Tudo isso é uma afronta à dignidade humana básica;

7. a construção da represa da hidrelétrica de Tamanduá, no rio Cotingo, no nordeste da Amazônia, que provocará a submersão das terras dos índios Macuxi e Wapixana.

Há também um esforço da parte do governo de Roraima para ceder parte das terras que os índios vão perder a famílias brasileiras desabrigadas;

8. a construção da usina hidrelétrica de Balbina no rio Uatuma, que levará à inundação do território dos Waimi-Atroari;

9. a transferência do povo Guarani de Ocoi, no rio Paraná, para uma área com menos da metade da extensão de sua própria terra, em decorrência das obras da hidrelétrica de Itaipu;

10. a ameaça de extinguir o estatuto legal especial do índio e a imposição de critérios especiais para estabelecer quem pode ser considerado membro da comunidade indígena, objeto de dois projetos apresentados pelo presidente de uma comissão especial de planejamento da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), Coronel Ivan Zanoni;

11. o recurso usado pela FUNAI como meio de apalar o povo indígena: a contratação em larga escala de indígenas como empregados;

12. a implantação de projetos econômicos de grande porte para introduzir os indígenas na produção capitalista, desviando assim sua atenção de suas próprias atividades agrárias de subsistência;

Confrontando com essas agressões, o povo indígena do Brasil une-se em corpo e em espírito aos demais povos indígenas de outros países. Juntos, poderemos ver respeitados os nossos direitos e chegar a uma paz semelhante à que existia entre nós antes da ascensão do capitalismo, no qual uns poucos procuram dominar todos os demais.

Para concluir, devemos lembrar que grande parte dos recursos mundiais estão em áreas indígenas e que os povos indígenas são os melhores guardiões de suas terras; e que é a todos os povos — não apenas aos indígenas — que as forças do capitalismo, especialmente na forma das empresas multinacionais, querem explorar para seu próprio enriquecimento.

Queremos pois convidá-los a aprender conosco.

Sem seu povo nativo, o Brasil não existe.

Lino Pereira

Povo Miranha

Comitê de Representantes dos Povos Indígenas do Brasil

A Conferência sobre o Controle dos Recursos Naturais e o Desafio das Empresas Multinacionais foi promovida pelo Anthropological Resource Center (ARC) e realizada em Washington, EUA, na primeira quinzena de outubro de 1982.

A QUESTÃO DA TERRA DOS ÍNDIOS YANOMAMI NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Embora o Ministério do Interior e a FUNAI tenham interditado uma área de cerca de 7.700.000 hectares para os Yanomami em março deste ano, mineiros continuam invadindo as terras em busca de ouro. A interdição é um esfriamento da utilização da área por agentes externos; em geral é o primeiro passo para o estabelecimento de um território protegido para indígenas. Mas até setembro a situação permanecia não controlada, especialmente na fronteira com a Venezuela, segundo informações prestadas por um membro do Batalhão Especial de Fronteira (BEF) da Amazônia.

A situação tornou-se ainda mais grave no mês passado, quando membros de dois partidos políticos incentivaram os mineiros a explorar as reservas de ouro que, por lei e por herança, pertencem aos índios Yanomami.

Torna-se pois urgente a delimitação dos 7.799.000 hectares de terra já interditados, pelo Decreto /GM025 de março de 1982. A menos que essa medida seja tomada, os 10.000 Yanomami permanecerão expostos às invasões dos mineiros e aos caprichos dos políticos locais.

Apesar de muitos esforços feitos para desativar a zona de mineração de Santa Rosa, uma companhia estadual de mineração, a CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento de Roraima), que invadiu a área em 1981, continua a ocupar terras e a desenvolver a mineração ao longo do vale do rio Uruciana, dentro da área interdita.

A Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY), um grupo de apoio com base no Brasil, continua pressionando as autoridades brasileiras para que as terras dos Yanomami sejam delimitadas, em setembro deste ano, num encontro de delegados locais da FUNAI, missionários que trabalham na área e membros do CCPY recomendaram a adoção urgente dessa medida às autoridades, em Brasília. Essa recomendação foi baseada no parecer de especialistas sobre a situação dos índios e de suas terras.

Uma campanha internacional em favor dos índios vem sendo empreendida a partir de 1979. Vários grupos de apoio vêm pressionando o governo brasileiro para que crie uma reserva indígena para os Yanomami. A questão já foi levada às Nações Unidas, à Organização dos Estados Americanos, ao IV Tribunal Russel sobre os Direitos dos Índios das Américas, e a muitos outros fóruns internacionais.

Cláudia Andujar

Comissão para a Criação do Parque Yanomami (CCPY)



OBSERVAÇÕES SOBRE A REVISTA TEMPO E PRESENÇA 174

O conteúdo da revista revela a crescente preocupação de diversos setores da opinião pública mundial — e das Igrejas em particular — sobre a corrida armamentista. É, no entanto, evidente, que este assunto sensibiliza muito mais os povos europeus e norte-americanos do que os povos do chamado Terceiro Mundo. O motivo desta diferença é óbvio: o contínuo crescimento do arsenal nuclear ocorre na região provável do choque entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, isto é, o próprio Continente Europeu e o Hemisfério Norte em geral.

Agora, isto não significa que o resto do planeta não tenha a mesma sensibilidade frente ao perigo de uma guerra nuclear; certamente esta sensibilidade existe, porém não se pode desconsiderar que — ao menos na América Latina — a preocupação de um holocausto nuclear aparece permeada por outras preocupações mais palpáveis. Em outras palavras: para os latino-americanos, é muito mais perigosa, a seu cotidiano, a repressão dos regimes ditatoriais do que a hipótese de uma guerra nuclear.

Sem dúvida existe um vínculo estreito entre os Estados controlados por ditaduras militares e a vocação armamentista e belicista que estes Estados ostentam. Como prova disso, estão aí as doutrinas de “segurança nacional”, os aparatos bélicos da Argentina contra o Chile e, recentemente, a aventura militar nas Malvinas. É diante deste tipo de fatos concretos que uma guerra nuclear fica reduzida ao âmbito distante e quase inatingível das hipóteses. O paradoxo desta percepção mediatizada é que não consegue globalizar a vinculação existente entre a ideologia da segurança nacional, a defesa do “ocidental e cristão”, de um lado, e a

corrida pelo controle autônomo do ciclo nuclear, de outro lado.

Como enfrentar o problema ao veicular nas massas latino-americanas o perigo de uma guerra nuclear?

O número 174 do Presença (CEDI) inclinou-se pela opção de oferecer um panorama geral da situação atual da corrida armamentista. Neste sentido, as diversas opiniões e declarações apresentadas contribuem com o esquema proposto. Penso porém que este esquema apresenta uma dificuldade: por ser tão geral, escapa do cotidiano do leitor e impede que ele estabeleça um contato direto com a informação em pauta.

Inadvertidamente a revista recria a “sensação” de distanciamento que já havia mencionado nos parágrafos anteriores.

No meu entender, a informação que servirá ao debate e à conscientização dos mais amplos setores da população, é exatamente aquela que se processa e surge de sua prática cotidiana. Não há e nem pode haver conscientização quando a informação que se manipula não é orgânica com a prática e a sensibilidade das massas.

Se este critério é realmente válido, penso que um esquema alternativo ao escolhido pela revista deveria basear-se, por exemplo, em girar toda a informação disponível sobre o conflito das Malvinas. De fato, nos momentos culminantes da guerra no Atlântico Sul, o homem da rua, do povo, seguia passo a passo as alternativas do conflito e, em alguns casos (Venezuela, Peru, Panamá, etc.) eram registradas manifestações muito ativas. Tomando esta situação como eixo, os diferentes artigos da revista poderiam ter analisado:

a) As decisões públicas e explícitas dos governos do Brasil e Argentina de construir seus próprios submarinos nucleares.

b) A nova orientação militar que os projetos aero-espaciais dos dois países sofreram em consequência da guerra das Malvinas (foguetes para pesquisa

atmosférica que poderão ser adaptados como setores de ogivas nucleares).

c) A capacidade de ambos os países para construir suas próprias bombas atômicas.

d) a violação do Tratado de Tlatelolco como consequência do discutido nos itens anteriores e, particularmente, como consequência da presença comprovada de submarinos nucleares ingleses em águas continentais da América Latina.

e) Um exame dos programas nucleares “pacíficos” destes países em relação à ausência de controle — por parte das massas populares — por imposição dos Estados autoritários.

Por último, o editorial poderia recolher todas estas questões num ponto específico: a ativa participação dos interesses imperialistas vinculados à indústria bélica mundial (no início da guerra um míssil (?) Exocet custava US\$ 60.000; faltando duas semanas para a rendição de Puerto Argentino, chegou a ser cotado em US\$ 200.000 por unidade).

Se, como penso, todos estes elementos não eram (nem são hoje) alheios às massas populares, creio que o esquema sugerido poderia reforçar no plano do cotidiano aquela idéia que regeu a revista n.º 174, isto é, NOSSA VIDA ESTÁ CERTAMENTE (e não hipoteticamente) AMEAÇADA

Para terminar, me parece importante destacar que as considerações precedentes surgem a partir de um fato consumado: a valiosa iniciativa do CEDI para tratar com realismo essas questões todas. Sem esta iniciativa, dificilmente seria possível articular minhas opiniões a respeito. É por isso que, sem dúvida, coloco-me à disposição dos companheiros do CEDI para a tarefa que temos à nossa frente.

C.A.F.
SP, setembro de 1982.

DECLARAÇÃO DOS BISPOS METODISTAS FACE À CONDENAÇÃO DO REV. ORVANDIL BARBOSA

O Colégio Episcopal da Igreja Metodista, reunido em São Paulo, de 31 de agosto a 02 de setembro, em face da condenação do Rev. Orvandil Barbosa, incurso que foi na Lei de Segurança Nacional, em julgamento realizado na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, pela 3ª Auditoria Militar, neste momento difícil, de acordo com a moção de solidariedade aprovada pelo XIII Concílio Geral da Igreja Metodista, recentemente realizado em Belo Horizonte, manifesta seu apoio e solidariedade ao referido pastor metodista e a sua família, na certeza de que Deus, fonte de todo amor e justiça estará ao seu lado, sustentando-os e amparando-os com sua graça e poder.

Lamentamos profundamente a condenação do Rev. Orvandil. Apesar de a defesa ter demonstrado inequivocamente a improcedência dos argumentos da promotoria, infelizmente o pastor foi condenado.

Apelamos a todos que em suas orações intercedam a Deus em favor do Rev. Orvandil e de sua família.

Expressamos nossa confiança nos excelentíssimos senhores juízes do Superior Tribunal Militar, que ao julgarem o recurso interposto pelo advogado de defesa, o farão com justiça e sabedoria, restabelecendo assim a verdade dos fatos.

Nós, Bispos Metodistas, reconhecemos que uma nação necessita de segurança; no entanto, cremos que esta segurança deve ser produto de uma sociedade justa e deve servir para reconciliar e trazer concórdia à família brasileira, independentemente de classe, credo político ou religioso. Por isso, em nome do Evangelho, reiteramos a decisão tomada pelo XIII Concílio Geral da Igreja Metodista, quanto à urgente necessidade da revisão da Lei de Segurança Nacional, por entender que o atual texto da Lei não corresponde aos interesses da nação, visando ao estabelecimento de uma verdadeira ordem democrática, onde o respeito aos direitos humanos seja a garantia

para a construção de uma sociedade livre norteada pelos princípios da paz e da justiça sociais.

Outrossim, cremos e proclamamos que só Jesus é Senhor, para a glória de Deus Pai (Filipenses 2.11), e afirmamos nossa fidelidade incondicional ao Senhor da Igreja e da História, defendendo a independência de nossa ação pastoral ao povo brasileiro, especialmente na defesa do direito e da justiça, diante de todo o poder terreno.

Chácara Flora, 02 de setembro de 1982

Bispo Nelson Luiz Campos Leite
Secretário.

(seguem-se assinaturas)

MOÇÕES DE SOLIDARIEDADE AOS PADRES DO ARAGUAIA

Vale Vêneto, 9 de setembro de 1982

Irmãos Padres Aristides Camio e Francisco Gouriou,

Somos um grupo de padres, irmãos e seminaristas, reunidos no retiro da Fraternidade de Jesus Cristo e sua opção pelos oprimidos e injustiçados.

Queremos ser coerentes com o Evangelho e com a realidade do povo oprimido com o qual trabalhamos, aprendemos a lição de vocês, lembrando o Documento dos Bispos Brasileiros de 1976: Comunicação ao Povo de Deus, que diz: AO CRISTÃO É PROIBIDO TER MEDO, AO CRISTÃO É PROIBIDO FICAR TRISTE!

Queremos dizer a vocês que está certa a opção que vocês fizeram, trabalhando em favor dos posseiros, dos lavradores, dos injustiçados e oprimidos, em favor da Verdade. Estão certos porque foi esta a opção de Jesus Cristo, foi esta a opção da Igreja, confirmada em Puebla. Também nós procuramos caminhar neste sentido. Por isso, todos nós nos consideramos atingidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. nos consideramos também presos com vo-

Pedimos que o Cristo Ressuscitado, que é o Senhor da História, acompanhe os nossos passos e nos dê a força necessária para plantarmos a semente da Justiça e da Fraternidade que fundamentam a verdadeira segurança do povo com o qual trabalhamos.

Contem com nossa amizade e solidariedade nesta hora. Contem com nossas orações, o que também é estendido aos 13 posseiros que ficaram presos em Belém. Sabemos que é do sofrimento que vai brotar a libertação. Fiquem certos de que a perseguição e a difamação que se faz à Igreja e aos pobres não vão nos desanimar: CONTINUAREMOS FIRMES NA LUTA.

Recebam o nosso abraço de irmãos de caminhada.

(seguem-se assinaturas)

Palmas, 12 de Setembro 1982

Aos Irmãos Padres Aristides Camio e Francisco Gouriou.

Nós, sacerdotes, religiosos e leigos da Catedral do Senhor Bom Jesus, Palmas, Estado do Paraná, reunidos hoje em Mini-assembleia Paroquial, querendo ser coerentes com o Evangelho pregado por Jesus Cristo, queremos nos solidarizar em vosso sofrimento pela prisão injusta imposta sobre vocês e sobre 13 posseiros na defesa de suas terras e também sobre toda a Igreja consciente do Brasil, que deseja caminhar rumo à verdadeira libertação. Desde Medellín, do Vaticano II e de Puebla, novos ares estão entrando pela janela da Igreja da América Latina para atualizá-la e dinamizá-la a partir das bases. A Igreja quer se libertar das amarras colocadas sobre ela desde o tempo da colonização.

Nós também desejamos seguir o Evangelho deixado por Jesus Cristo e todos somos atingidos pela Lei de Segurança Nacional aplicada a vocês.

Nós, aqui do Paraná, estamos rezando para que Deus continue a vos dar forças e a resistir como os primeiros mártires, pois o "sangue de mártir é semente de novos cristãos".

Contem conosco, um abraço amigo.

(seguem-se assinaturas)